



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - COMBUSTIVEIS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1661/03	DATA: 18/09/03
INÍCIO: 09h33min	TÉRMINO: 12h16min	DURAÇÃO: 02h43min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h38min	PÁGINAS: 47	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JOÃO FERNANDES - Ex-Deputado Estadual da Paraíba.
EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado da Paraíba.
ARISTÁVORA SANTOS - Vereador do Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.
RONALDO ALBUQUERQUE - Coordenador Adjunto do PROCON de João Pessoa.

SUMÁRIO: Tomadas de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba.
Há falhas na gravação.
Há expressões ininteligíveis.
Há intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Declaro abertos os presentes trabalhos. Cumprimento os convidados e o Presidente da Assembléia Legislativa. Já estive com ele na antessala e quero agradecer a acolhida da Casa, que nos está recebendo. A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença de autoridades locais e representantes do setor de combustíveis. Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 191, de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago. Esclareço aos demais Deputados e aos convidados que esta reunião está sendo gravada, para posterior transcrição. Solicito a todos que falem ao microfone, para efeito de identificação pela Taquigrafia. Regimentalmente, os convidados não poderão ser aparteados. Ao fim da exposição, daremos início à interpelação. Convido o ex-Deputado João Fernandes, hoje Secretário e representante do Governo de Campina Grande, que foi o Presidente da CPI dos Combustíveis na Legislatura passada. (*Pausa.*) Nós queríamos que o Presidente fizesse um relato de todo o trabalho, do que foi feito no período, do que ele acha que hoje ainda está faltando, de onde ele acha que houve alguns erros e de em que a CPI de Brasília poderia ajudar nesse processo daqui da Paraíba.

O SR. JOÃO FERNANDES - Sr. Presidente da Mesa Diretora dos trabalhos, Deputado Carlos Santana; Deputado Evilásio Farias, meu conterrâneo do Município de Cabaceiras, nos Cariris Velhos da Paraíba; Deputado Paulo Rubem Santiago, Vice-Presidente desta CPI; meu ex-colega Deputado Frei Anastácio, que foi Relator da CPI que conduzimos nesta Casa; Sr. Milton Soares, Secretário-Adjunto de Finanças do nosso Estado; demais autoridades aqui presentes; minhas senhoras e meus senhores, é com satisfação que o Presidente da Assembléia da Paraíba, Deputado Rômulo Gouveia, recepciona V.Exa. e os demais membros desta CPI para conhecer ou conversar com os Parlamentares que conduziram esses trabalhos aqui na Casa, porque tenho certeza de que o relatório elaborado por nós... E oxalá tenha recebido não apenas o relatório, mas também o conjunto de documentos que conseguimos recolher durante toda a CPI paraibana tenha chegado à CPI da Câmara Federal, para que, desse modo, ficassem fundamentadas não apenas as nossas conclusões, o nosso relatório, mas a possibilidade de que ações mais conseqüentes pudessem ser implementadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito, que chega em boa hora ao Estado da Paraíba. Nós começamos, Sr.



Presidente, em maio de 2002 os nossos trabalhos. Começamos em plena campanha eleitoral. Tivemos o cuidado excessivo de evitar que os trabalhos da CPI fossem politizados. Chegamos, digamos assim, ao rigor necessário e suficiente. Quem fizer a leitura do relatório vai poder constatar esse fato, porque se eu, como Presidente da CPI, se o Deputado Anastácio, como seu Relator, quiséssemos ou desejássemos transformar a CPI da Paraíba num palanque eleitoral, teríamos com certeza feito realizar isso. No entanto, procuramos, a cada ato, a cada fato e a cada segundo, reter as nossas emoções e, quem sabe, até as nossas aptidões eleitoreiras, para que, ao final, esse relatório não pudesse ser contestado ou desmoralizado, como em alguns casos tem acontecido. E, como disse, instalamos no dia 16, ouvimos vários depoentes, convidamos desde cidadão comum — dono de posto de gasolina, distribuidor de gasolina que opera na praça, aqui na Paraíba e até na região —, ouvimos sindicatos, as instituições coordenadoras dos interesses econômicos dessas categorias. O que podemos dizer que constatamos em tudo isso? É que há, concretamente, um processo de formação de cartel no Brasil, particularmente na Paraíba. Não fizemos isso de modo irresponsável e leviano. Nós pedimos e, graças a Deus, contamos sistematicamente com a colaboração do PROCON da Capital do Estado, com o PROCON do Governo do Estado, mas mais acentuadamente com o PROCON da Prefeitura Municipal de João Pessoa, que, a cada instante, a cada momento em que lhe solicitávamos a realização de pesquisas... Pesquisas essas que foram analisadas por nós, mas foram sobretudo analisadas pela Coordenação de Defesa do Consumidor e da Concorrência, da Agência Nacional do Petróleo, que pôde constatar, em cada momento que se operacionalizava a venda aqui, no nosso Estado, coeficiente de variação de preço constante ou tendente para zero. Isso não é uma observação empírica, não é uma observação que eu ou alguém possa fazer caminhando pelas ruas da Capital do Estado, da cidade de Campina Grande, da cidade de Patos e de outras cidades da Paraíba. São pesquisas feitas com critério, identificando não apenas a fonte investigada ou apurada, mas concluídas essas pesquisas. E essas análises, todas elas, tanto dos preços observados pelo PROCON da cidade de João Pessoa, quanto pelos levantamentos de preços que são feitos sistematicamente pela Agência Nacional do Petróleo, através de uma empresa por eles contratada, apontam nesta direção: há coeficiente de variação de



preço de venda — ora de preço de venda, ora de preço de revenda — dos produtos aqui no Estado da Paraíba tendente para zero. São estudos científicos. Esses dados, essas pesquisas temos aqui. Como disse, colhemos muitos documentos, colhemos todos os autos de infração feitos pela Agência Nacional do Petróleo na Paraíba, individualmente, isoladamente e também no período em que nós comandamos a força-tarefa em nosso Estado. Esses autos têm fé de ofício, são um documento oficial. Esses documentos foram oferecidos ao Ministério Público do nosso Estado. Esperamos que ele possa, digamos assim, dar conseqüência. Identificado o delito, identificado o crime praticado contra a economia popular, eles possam denunciar aqueles que estavam atingindo o povo e, conseqüentemente, responder à nossa expectativa, porque uma Comissão Parlamentar de Inquérito vem para investigar, vem para apurar. Ela não tem, no nosso entender, a obrigação de punir ninguém. Quem tem que denunciar é o Ministério Público; quem tem que punir, finalmente, é o Poder Judiciário — isso no campo judiciário. No campo administrativo, nós ainda temos a Secretaria de Defesa Econômica, temos o próprio CADE, no Ministério da Justiça, que também recebeu a nossa documentação, não apenas o relatório, mas a nossa documentação, para que pudesse dar conseqüência. Então o que fez a CPI da Paraíba? Ouviu a todos esses segmentos com cautela, com cuidado. As conclusões a que chegamos são estas: há de fato formação de cartel no nosso Estado, há de fato sonegação de impostos. Nós acompanhamos a fiscalização e contamos com o Fisco estadual, contamos com o Ministério Público Estadual, com o Ministério Público Federal — à Receita Estadual, vamos dizer assim, já está dito — e com a Receita Federal para, visitando cada um dos estabelecimentos comerciais que revendem gasolina no Estado da Paraíba, observar concretamente o que fazer. Encontramos posto de gasolina revendendo álcool para outros postos de gasolina. O preço praticado eu diria que do álcool fosse 80 centavos. Eles estavam revendendo entre si, como se fosse distribuidora de combustíveis do nosso Estado, por 60 centavos. Recebem... Encontramos postos de gasolina no nosso Estado com álcool sem origem, com origem duvidosa. Com certeza, álcool sem a verdadeira cobertura fiscal. Tanto isso é verdadeiro que, nos primeiros dias de governo de Cássio Cunha Lima, atual Governador da Paraíba, foi formada uma força-tarefa, que saiu em campo e constatou que há sonegação de



impostos, sobretudo os impostos relativos ao álcool que é vendido na maioria dos nossos postos de gasolina. Do ponto de vista da análise do conteúdo da gasolina, todos os levantamentos que fizemos não levaram a coisa muito grave. No máximo a 3% de adulteração da gasolina ou de excesso de água no álcool. Esse percentual foi relativamente pequeno. Não sei se por consequência da demora do processo de CPI, nós começamos em maio e só podemos concluir os nossos trabalhos no dia 20 de dezembro, exatamente pelas dificuldades de operacionalizá-los. Eles estavam em campanha, nós tínhamos que entender esse processo. Eu pessoalmente também estava em campanha, às vezes daqui suspendíamos as nossas atividades para retornar depois. E retornamos de modo mais contundente a partir do dia seguinte à proclamação do resultado do nosso Estado, aí sim até o dia 20 de dezembro. Nós podemos observar outra coisa também que constatamos e está aqui no nosso relatório: é a questão do sistema tributário. Srs. Deputados Federais, o Brasil discute uma reforma tributária ou uma emenda constitucional que mexe no Sistema Tributário Nacional. Eu acho que era inclusive oportuno tentar avaliar com mais profundidade esse sistema de cobrança do imposto sobre combustíveis e derivados de petróleo, porque se cobra não apenas a substituição tributária, mas a antecipação dos impostos. São figuras jurídicas parecidas, mas são coisas diferentes. Hoje, quando se vende aqui 1 litro de gasolina por 2,10 reais, quando se vende 1 litro de álcool... Quando se vende 1 litro de gasolina — vamos nos ater à gasolina, que é mais fácil a explicação —, o Governo está recolhendo disso aí, cada Governo, mais ou menos 25, porque um cobra a CIDE, que é a tal da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que hoje, me parece, estou arredondando os termos, é 51 centavos por cada litro de gasolina tipo “a”, mas, a partir de dezembro, no apagar das luzes, nosso Congresso Nacional aprovou uma lei quando estava definido a aplicação dos recursos da CIDE e autorizou o Governo Federal a elevar a cobrança da CIDE, a Contribuição da Intervenção no Domínio Econômico de cada litro de gasolina tipo “a” de 51 centavos para 86 centavos. Isso nos deixa profundamente preocupados, Srs. Deputados, porque se aumentarmos a CIDE sobre o preço dos derivados do petróleo, com certeza isso será repassado para a sociedade, para nós, os consumidores. Essa cobrança, essa substituição tributária e essa cobrança tributária, como ela é feita com base no preço final, é a melhor forma



de se cobrarem impostos. Os Governos, tanto Federal, como Estadual, que são os beneficiários desse tributo, eles recebem antecipadamente aquele percentual devido, seja ele 25%, ou seja ele 17%. Então, o que se pratica na prática é bom para o Governo, é bom para os comerciantes, porque eles ficam desobrigados, desonerados, eles não precisam ser mais nem sequer fiscalizados. Se você já paga antecipadamente o imposto, as suas obrigações, não precisa nem ter FISCO para cumprir essa tarefa — isso é outro fato que nós constatamos. Então a sugestão que nós daríamos a essa douta Comissão é no sentido de discutir essa questão, digamos assim, da substituição tributária. Nós sabemos que é extremamente difícil mexer nessa história, mas não teremos concorrência limpa e salutar na ponta se esse segmento da economia brasileira não tiver os mesmos mecanismos que têm os outros. Se o preço já é, eu diria assim, fixado pela COTEP, pela Comissão do Ministério da Fazenda, do Conselho Fazendário Nacional, que, a partir das pesquisas que a Agência Nacional do Petróleo realiza, que as Secretarias de Finanças realizam em seus Estados, encontram o tal de um preço médio ponderado, Deputado, e, a partir desse pleito, estabelecem qual deve ser o preço praticado na ponta, porque até qual deve ser o preço praticado não... Qual deve ser o preço que serve de base de cálculo. Se é médio ou ponderado, alguém ainda pode praticar um preço superior àquele. Então, foi isso que nós pudemos fazer quando fizemos esse relatório, que é grande, e eu não tive a coragem de fazer a leitura dele, mas, porque tenho a certeza de que a Comissão já recebeu este relatório aqui, já pode detalhar. Nós temos aqui, em nosso poder e na Assembléia Legislativa. Eu não sei se os senhores tiveram o privilégio de receber toda a documentação da CPI do nosso Estado. Se colocarem, se tiverem tempo ou colocarem as suas assessorias para trabalhar nos documentos, vão encontrar elementos necessários e suficientes para sustentar as denúncias que o Ministério Público deve fazer, as denúncias que o Poder Judiciário deve apreciar. Os documentos que tem aqui são suficientes para que a Secretaria de Defesa Econômica possa instaurar o processo de formação de cartel, porque não dava para fazer um carnaval, a gente tinha que fazer a coisa do modo mais certo possível. Fazer um inquérito policial sério e respeitável, para que a Justiça, à luz desse documento, pudesse condenar e responsabilizar aqueles que estão formando cartel. E formando cartel, Sr. Presidente, que tem sido contestado,



porque ora se pratica preço de 2 reais, quase que sistematicamente, ora se pratica de 2,10. Aí eu volto para Campina Grande, que é onde que eu moro. Um dia desses, era 1,79. Quando venho a João Pessoa, quando volto, no outro dia está por 1,99, mas está por 1,99 todo mundo. Certo? E não adianta eu dizer aqui. Só tem um instrumento capaz de subsidiar uma denúncia de formação de cartel. São pesquisas feitas por órgãos idôneos, certo? Pesquisas. São as análises à luz da ciência que nós temos, análises estatísticas disso aí, identificando os coeficientes e responsabilizando. Por fim, agradecer o apoio que recebi naquele tempo da Mesa da Assembléia Legislativa, a participação dos colegas Deputados. E o colega Frei Anastácio nos ajudou muito nessa tarefa de apurar esses fatos, de concluir esse relatório. Parabenizar e esperar que a Câmara Federal possa, nas suas recomendações, nos seus projetos conclusivos, fazer com que o Governo Federal dê ao Brasil uma legislação e, se possível, o sistema de cobrança de impostos desses produtos que permita a chamada livre concorrência, que permita a salutar disputa de preço lá na ponta, para que a sociedade seja beneficiada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Queria saber se algum Deputado gostaria de fazer alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Prezado Presidente, Deputado Carlos Santana; Deputado Evilásio; prezado ex-Deputado que nos honra com a sua presença aqui, Dr. João Fernandes, nós gostaríamos apenas de ouvir de V.Exa. se, durante os trabalhos da CPI aqui na Paraíba, houve também a participação conjunta dos órgãos de segurança, especialmente da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária ou contra a Ordem Fiscal, e, também, a participação conjunta de órgãos ligados à Receita Federal. Isso porque, como bem disse o nosso convidado, uma parte significativa do preço dos combustíveis é referente a impostos e contribuições, e tem sido exatamente em cima dessa parte que vem sendo criada e desenvolvida, há alguns anos, a chamada indústria de liminares, que vem prosperando, sem a devida atenção por parte dos Poderes Públicos, especialmente do Judiciário. Então, eu gostaria apenas de obter esta contribuição: se foi possível, durante os trabalhos da CPI, o concurso e a participação também da Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária, da Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado e se houve, conjuntamente, a



participação também da Receita Federal, no tocante ao recolhimento dessas contribuições ou à movimentação fiscal dessas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Dr. Evilásio.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Companheiro Presidente, Deputado Carlos Santana; Deputado Paulo; meu querido amigo ex-Deputado e Presidente João Fernandes; Deputado Frei Anastácio; meus amigos e conterrâneos, para mim, em primeiro lugar, quero dizer que é um prazer renovado voltar aqui à Paraíba, minha terra, e dizer que a CPI da Paraíba prestou e continua prestando, através de seu relatório, que agora está sendo incorporado à CPI do Congresso Nacional, um grande serviço para resolver um dos problemas que considero, entre tantos também, um dos problemas mais sérios deste País: a questão que envolve os combustíveis no Brasil, seja na adulteração, na sonegação, na cartelização, no roubo de cargas, e, o que é mais grave, em alguns Estados, com envolvimento, inclusive, com o crime organizado e o tráfico de drogas. Nós não podemos aceitar passivamente essa questão vivenciada hoje em todas as Unidades da Federação. São estarrecedores os argumentos, os depoimentos a esta CPI lá na Câmara Federal, a ponto de, no Estado do Paraná, o índice de adulteração chegar a 22%, 23%, quase um quarto dos combustíveis comercializados naquele Estado. A média no Brasil é algo em torno de 12%. Quando se fala em 12%, em alguns bilhões, esse número é suficientemente grande para justificar as ações de todas as frentes para dar resposta a esse problema que desmoraliza os Poderes deste País e sangra os nossos cofres públicos. Quero aqui enaltecer o trabalho da CPI e cumprimentá-lo, João Fernandes, pela sua Presidência, pela condução e dizer que, em várias Unidades da Federação, várias Assembléias Legislativas fizeram CPI, mas eu lhe digo que a daqui está muito longe de terminar em *pizza*. A daqui, sem dúvida, teve uma condução e uma conclusão diferente das de outros Estados, que nós podemos observar. Por isso que eu reafirmo aqui o nosso contentamento e a satisfação de a Paraíba, principalmente pelo fato de ser o nosso Estado, prestar tão grande contribuição. Portanto, a você, Presidente, ao nosso Relator, o Frei, e aos outros Deputados que compuseram a Comissão... Mas eu perguntaria, porque a Assembléia Legislativa, como nós, da Câmara dos Deputados, a CPI em si, ela é parte de um processo... É preciso que haja a consecução das ações após as



conclusões dos trabalhos da CPI. E eu perguntaria a V.Exa., que, brilhantemente, elaborou um relatório e apresenta aqui suas conclusões e elenca aqui alguns questionamentos e propõe medidas complementares e auxiliares e algumas recomendações, recomendações na área tributária, no âmbito da área penal e no âmbito da área executiva, e ainda sugere ao Governo do Estado que estabeleça a inspeção e fiscalização periódica da produção e do comércio de produtos derivados do petróleo, envolvendo o Ministério Público, o Legislativo, a Secretaria Estadual, o PROCON estadual, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil. Perguntaria a V.Exa. se esse projeto — consta aqui uma minuta sem número, de 2002 — foi, realmente, votado e transformado em lei aqui no Estado da Paraíba e também propõe a criação de um fórum permanente. E, se foi criado esse fórum, com a seguinte representação: Ministério Público, Assembléia Legislativa do Estado, PROCONs estaduais e municipais, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda Estadual, Secretaria da Receita Municipal, Corpo de Bombeiros, Agência Nacional do Petróleo, IPEM, INMETRO, Polícia Federal, Polícia Civil, Sindicato dos Revendedores e SINDIPETRO, visando debater e discutir o setor de comercialização de combustíveis, sua política e regulamentação com essas representações e serviços no que concerne à criação de um fórum. E, finalmente, é claro que esse relatório e suas conclusões foram encaminhados para outros órgãos e outras instâncias atinentes à resolução do problema. Perguntaria a V.Exa. se as ações junto ao Ministério Público, na consecução do trabalho de V.Exas. aqui na Casa, do Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Governo do Estado da Paraíba, Secretaria da Fazenda, Delegacia da Receita Federal, Agência Nacional do Petróleo, OAB, PROCON municipal e PROCON estadual, Superintendência da Polícia Federal e Secretaria de Direito Econômico, CADE... Brilhantemente e com muita cautela, V.Exas. encaminharam para a consecução dos trabalhos esses relatórios a todas essas instâncias. Perguntaria de houve consecução por parte dessas instituições. Muito obrigado.

O SR. JOÃO FERNANDES - Srs. Deputados Paulo Santiago e Evilásio Farias, na verdade, concluídos os trabalhos no dia 20 de dezembro, portanto, no último dia de atividade parlamentar, eu não voltei mais à Casa no ano seguinte, porque deixei de ser eleito, por conta do alto coeficiente partidário eleitoral. Embora



tenha tido uma votação extraordinária, a maior votação de minha história político-eleitoral, fui tragado pela legenda do meu partido, que estava braba demais. Mas, depois do dia 20, coube à Mesa da Assembléia Legislativa e ao Presidente de então, Gervásio Maia, encaminhar a todas as autoridades. Quando eu peço cópia, eu já encontro o primeiro ofício dirigido à primeira autoridade, que é o Ministério Público. Portanto, o Dr. Gervásio Maia cumpriu o seu papel fazendo chegar a essas instituições. Inicialmente, respondendo ao Deputado Paulo Santiago, eu tive o cuidado, Deputado Paulo Santiago, primeiro de articular as entidades. Eu não estava querendo fazer um trabalho da CPI da Assembléia. Nós estávamos querendo — e decidimos isso — mobilizar os responsáveis pela defesa da sociedade e do consumidor. Por isso, fomos buscar o Ministério Público oficialmente para participar, a Assembléia já estava envolvida, o PROCON de João Pessoa, que é um PROCON muito atuante, e o PROCON do Estado da Paraíba. A Secretaria de Finanças participou ativamente desse processo. A Secretaria da Receita Federal participou dos nossos trabalhos; a Receita Municipal também; o Corpo de Bombeiros, que tem a ver com a fiscalização de alguns produtos derivados do petróleo, que são também vendidos ou distribuídos; a Agência Nacional do Petróleo participou conosco; o Instituto de Pesos e Medidas, que é hoje um instituto de qualidade; a Polícia Federal participou conosco aqui; a Delegacia da Ordem Econômica, Deputado Paulo Rubem Santiago, não apenas foi convocada, como participou ativamente de todo o processo conosco; e o sindicato participou ativamente do processo, porque estava, na verdade, exercendo seu direito de defesa, seu direito de esclarecer as suas posições. Com isso, Deputado, conseguimos mobilizar os segmentos responsáveis pela defesa do consumidor. Eu acho que o sucesso do *(falha na gravação)*. Por outro lado, com relação às conseqüências das recomendações nossas... Como já chegou ao Congresso Nacional, nós esperamos que ele dê conseqüência no aspecto da ordem tributária. O ideal mesmo era que a tributação fosse aqui na ponta, ou seja, o pagamento do imposto, quando se vendesse... Como é o normal das mercadorias. No entanto, isso é uma briga que os senhores vão pegar grande, porque Estados e União deixariam de recepcionar, antecipadamente, através dessa substituição tributária e da antecipação de impostos, uma fonte extraordinária de suas receitas. Eu acho que chega a mais ou menos um terço da receita do Estado



da Paraíba cobrada pela substituição e pela antecipação tributária. Ademais, as conseqüências das medidas propostas. Nós propusemos a formação de uma força-tarefa, de um fórum permanente para manter, todo mês ou mês sim, mês não, a fiscalização da Paraíba. Esse projeto de lei não foi ainda aproveitado. Eu digo ainda aproveitado pelo Executivo Estadual, mas eu tenho esperança de que S.Exa, o Governador, aqui muito bem representado pelo nosso querido Secretário-Adjunto de Finanças, Dr. Milton Soares, possa aproveitar a idéia de criar esse fórum permanente. No entanto, a gente pode observar que, de fato, o Estado já esteve trabalhando nessa direção. Criou uma força-tarefa para combater a sonegação de imposto. Envolveu vários segmentos, eu diria, estatais e paraestatais e tem feito um excelente trabalho. Tem-se notícia de que está coibindo a sonegação de imposto, mas é preciso trazer a Agência Nacional, trazer os provões para dentro disso. Para quê? Para que a gente cuide da receita e cuide da proteção do nosso consumidor. Tenho esperança, Dr. Milton Soares e Srs. Deputados Federais, que o Estado da Paraíba possa ainda dar conseqüência. Esperando estamos que o Ministério Público faça, assim como a Comissão, debruçada sobre os papéis... A tática que nós usamos pode até dar errado, mas me parece que foi inteligente: pegar a cópia dos autos de infração. Alega-se que não pode denunciar porque não tem prova. E, quando eu entrego um documento, um auto que tem fé de ofício, feito por quem tem fé de ofício, quando eu entrego um documento, você não tem possibilidades concretas de denunciar os crimes ali verificados? Então, a idéia nossa era isso. E me parece que isso vai gerar resultado em algum lugar deste País. Então, o fórum permanente, eu espero que ele seja materializado a partir desse projeto. O projeto é só a idéia. Porque isso tem que se adaptar às conveniências da hora, para que se possa fazer. Por fim, agradecer as declarações ao Deputado Evilásio. E dizer, Deputado, que nós fizemos uma CPI com proposta de esclarecer a verdade, simplesmente a verdade, porque, do contrário, isso aqui seria desprezado, desconsiderado. E, se a gente tiver podido contribuir de alguma forma para que a sociedade seja defendida, a gente vai ficar feliz e satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nós, membros da Comissão, queremos agradecer ao ex-Deputado João Fernandes, e, para nós, é extremamente importante... Quero avisar que já foi debruçado. É sinal de que já



estamos fazendo todo o nosso dever de casa. Quero dizer que, para nós... Por isso que nós estamos priorizando. E que a Paraíba foi um dos maiores exemplos que nós tivemos de CPI. Em outros Estados, nós não tivemos a felicidade de a CPI chegar até o seu término dos trabalhos, mas aqui é a Paraíba. Então, quero agradecer e vou passar aos demais. Eu queria só... As considerações finais...

O SR. JOÃO FERNANDES - Eu queria agradecer a oportunidade. Lamentar porque eu não tive tempo de sistematizar algumas idéias para serem mais objetivas aqui no depoimento, porque, só ontem é que nós confirmamos a nossa participação neste evento. Se tivesse.... Já estava aqui na Capital do Estado. Você sabe que eu sou... Costumo dizer que sou matuto do interior. Eu moro em Campina Grande, lá perto de onde nasceu o Evilásio. Certo? E não deu tempo, literalmente, de sistematizar, coletar alguns documentos que são bastante contundentes daquilo que eu digo, mas, graças a Deus, os Srs. Deputados Federais estão analisando o nosso relatório e os nossos documentos anexos. Eu tenho certeza de que nós vamos contribuir muito. Muito obrigado pela oportunidade. Sucesso na luta! A sociedade brasileira espera uma resposta objetiva dessa grande e importante Comissão da Câmara Federal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Vamos chamar Evaristo Cavalcanti, Presidente do SINDIPETRO. *(Pausa.)* Sr. Evaristo, o senhor dispõe de 20 minutos para fazer sua exposição.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Deputado Carlos Santana, Presidente desta CPI; Deputado Paulo Rubem; Deputado Evilásio Farias; senhoras e senhores, o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado da Paraíba, o SINDIPETRO-PB, está neste momento aqui representado pelo seu Presidente, com uma indisfarçável expectativa de que esta CPI do Congresso possa continuar mergulhando no segmento do nosso setor, de tal forma que possa, ao final, oferecer à sociedade sugestões para sanar as graves distorções que hoje existem e que passaram principalmente a existir a partir de uma abertura escancarada a partir de 96, 97, sem que junto tivesse o acompanhamento à altura de fiscalização de órgãos de defesa do consumidor com o próprio conhecimento mais amplo das autoridades do Ministério Público Federal e Estadual. Enfim, entrou, como diz o nosso Presidente da Federação Nacional de Combustíveis, Dr. Luiz Gil



Siuffo, muita poeira suja no segmento. E isso prejudicou enormemente não só a imagem, como o próprio comportamento empresarial e comercial do setor, avolumando-se a tal ponto da necessidade da criação de várias CPIs em vários Estados, vários Municípios, culminando com uma CPI de nível nacional. Então, é grande a nossa expectativa de que, efetivamente, soluções possam ser apresentadas e se possa começar efetivamente a separar o joio do trigo. Presidente Carlos Santana, nós temos acompanhado parte de suas declarações pelo Brasil afora, e, cerca de menos de 60 dias após instalada esta CPI, os membros da Comissão já tinham, pelo menos, um retrato fora de foco, mas um retrato do que era o nosso segmento. E ele já, quando de sua visita, por exemplo, à nossa cidade, numa passagem rápida, ele fez declarações, que nós que estamos dirigindo o nosso sindicato. Tínhamos conhecimento, mas grande parte da sociedade, da própria imprensa não tinha essa visão, e a CPI já, desde então, já tinha mais ou menos um foco de onde estavam os grandes problemas do setor. E o maior problema, sem dúvida nenhuma, que é a sonegação de impostos, a sangria descarada que se faz neste País, que é avaliada por baixo, da ordem de 3,3 bilhões de reais ao ano, mas que a própria CPI tem um primeiro entendimento de que esse número pode chegar a 10 bilhões ao ano, resultado de sonegação de impostos, de adulteração, de liminares, de roubo de carga, de contrabando de produtos. Enfim, Sr. Presidente, nós estamos aqui, com grande satisfação, à disposição desta CPI, para dar respostas do nosso conhecimento, nenhuma delas que não seja de conhecimento da sociedade paraibana, dos órgãos de imprensa da nossa terra. Porque, já há mais de um ano, precisamente desde abril do ano passado, nós assumimos a Presidência da entidade e temos como um norte, como uma decisão de diretoria a transparência das ações do sindicato, da entidade. Nesse sentido, nós já realizamos 2 fóruns de debates abertos à sociedade civil organizada, um em agosto do ano passado, outro em julho deste ano, convidados que foram de algumas dessas autoridades que estiveram presentes nos 2 fóruns, a exemplo, por exemplo, do grande interesse que demonstra hoje a nossa Secretaria de Finanças do Estado, a quem... Vendo aqui agora o nosso Secretário-Adjunto, Dr. Mário, saúdo todos os integrantes daquela Secretaria, que tem hoje uma preocupação permanente com a questão. Não temos deixado passar as oportunidades, que têm sido muitas, todas as semanas, de



prestarmos declarações, quando convidados, à imprensa, à grande imprensa, sobretudo o que ocorre no nosso setor. Então, tem sido uma administração de transparência, mas principalmente de transferência para a sociedade e para os formadores de opinião do que realmente é o nosso setor, um setor comercial como qualquer outro, apenas não era do conhecimento do grande público. Tivemos, realmente, a oportunidade, o ano passado, de prestar depoimento, por exemplo, na CPI da Assembléia Legislativa do nosso Estado. Me permita fazer um comentário, sem nenhum desrespeito, mas, efetivamente, aquela CPI, ela foi instalada, se não me engano, no mês de abril ou maio. Entretanto, só realizou os trabalhos em pouco menos de 2 meses finais do ano, exatamente pelos motivos que aqui apresentou seu Presidente. Considero que foi um trabalho grande feito, mas num curto espaço de tempo. Foram detectadas várias questões, que estão assentadas, que estão registradas, mas há uma conclusão, com a qual não concordamos, e que foi feita talvez no calor da pressa, porque chegou à conclusão de que havia cartelização aqui na Paraíba e não apresentou nenhuma prova sequer. Então, foi uma declaração infeliz, ou um registro infeliz na conclusão dessa CPI da Assembléia. Devo também registrar para o Sr. Presidente, os senhores membros da Comissão que, no intuito de prestar informações à sociedade, agora no último fórum, nós distribuimos, passamos a distribuir a todos os que participaram, depois remetemos para várias autoridades do Estado e do País, uma cartilha que teve uma ampla repercussão, onde estão registradas as respostas do nosso sindicato para as principais e mais constantes dúvidas da sociedade e dos formadores de opinião. Decorridos que já são quase dois meses e meio, ainda não ouvimos, não vimos e não temos registro de nenhuma contestação de nenhum órgão de defesa do consumidor, de nenhum órgão de Ministério Público Estadual ou Federal, de ninguém da sociedade. Portanto, nós queremos, não poderíamos deixar de fazer esse registro de que é absolutamente necessária esta CPI, mas principalmente é absolutamente necessário que ela consiga — e nós temos convicção de que conseguirá — iniciar um trabalho de depuramento do segmento, separando o joio do trigo. Porque, Sr. Presidente, nós não temos dúvida de que a grande maioria dos proprietários de postos de combustíveis no País é constituída de empresários honestos. Uma categoria não pode mudar, embora esteja sua imagem deturpada, em poucos anos



simplesmente por conta de mudança de legislação. A índole do comerciante não muda dessa forma, ou do empresário. Na verdade, essas distorções V.Sas. estão apurando e haverão de chegar a uma análise e a um diagnóstico para oferecer à sociedade. Devo registrar também, Sr. Presidente, senhoras e senhores, a preocupação da entidade, por exemplo, com relação à adulteração e sonegação. A própria entidade... Nós, baseados num programa de absoluto sucesso, que vem se desenvolvendo há mais de um ano no Estado de Alagoas, um programa de monitoramento da qualidade dos produtos comercializados naquele Estado, nós desenvolvemos de forma semelhante, obviamente adaptada às necessidades, conveniências e condições do nosso Estado, uma campanha semelhante, que batizamos com o nome de Combustível TOP. Esse TOP significa Tributado Original e Puro, que tem como tripé para seu funcionamento os postos de combustíveis do Estado que aderirem livremente ao programa, aos postos filiados ao sindicato e que pagarão... Os proprietários de postos pagarão os custos da análise físico-química dos produtos. O outro agente do programa seria a Universidade Federal da Paraíba, através de seu laboratório de combustíveis, que faria essas análises dos combustíveis comercializados e que já faz esse mesmo tipo de análise, através de convênio, para a Agência Nacional do Petróleo. Então, seria uma oportunidade apenas de ampliar os doutorandos e os mestrados que trabalham naquela instituição, uma instituição de alta credibilidade do nosso Estado. E, por fim, como terceiro agente, e dos mais importantes, o Governo do Estado, através da Secretaria de Finanças, que faria a parte de fiscalização dos livros dos postos. Enfim, os tributos estariam sendo recolhidos, impostos, através de seu corpo de fiscais. Fiscais esses que estão para ser treinados ou estão já em treinamento pela própria ANP, através de um convênio com o Governo do Estado. Não temos a informação se o convênio já foi assinado, mas que está pronto para ser assinado há mais de 60 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gostaria que o Sr. Evilásio concluísse. Desculpe, Evaristo.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Pois não, Presidente. E esse programa, ele se encontra já com o Sr. Secretário de Finanças, que já publicamente se comprometeu a participar, mas ainda não conseguiu finalizar essa análise, para verificar a forma de participação. Então, esse é um programa que visa



exatamente à proteção não só do proprietário de posto, como dos cofres públicos — no Estado de Alagoas, houve um aumento de arrecadação da ordem 7,5 milhões de reais por mês —, mas principalmente a proteção do patrimônio do consumidor. Com relação... Me permita, me dê mais um minuto só, Sr. Presidente. São ações que nós reputamos como importantes do lado da entidade, com relação, por exemplo, a uma das questões que vão ser avaliadas e discutidas pela Comissão. Com relação à proliferação de postos, existe uma lei que foi sancionada, que foi publicada em 17 de abril deste ano, que demorou, mas, por fim — melhor tarde do que nunca —, fez a adaptação da lei de implantação para a construção de novos postos no Município de João Pessoa, adequando ao meio ambiente. Enfim, dando as condições para que não cessasse a proliferação que existiu. Infelizmente, essa lei não tem ainda eficácia, e nós encaminhamos, há cerca de 90 dias, um ofício, com uma sugestão de decreto, para o Sr. Prefeito poder administrativamente dar eficácia a essa lei. Esperamos que isso possa ser rapidamente cumprido, porque a lei existe, mas não tem eficácia. Enfim, temos colaborado com os órgãos de fiscalização, além do depoimento que fizemos na CPI da Assembléia Legislativa. Recentemente, nós tivemos um depoimento grande, a convite da Procuradoria-Geral da República, junto à força-tarefa, com representantes do Ministério Público Estadual e outros órgãos. Também tivemos uma audiência e depoimentos na OAB, numa comissão específica sobre sonegação de combustíveis, enfim, sonegação de impostos. Não nos temos furtado a prestar colaboração à imprensa e a declarações e informações sempre que solicitados. Estamos finalizando, a seu pedido, a exposição, aguardando as perguntas, para que possamos, dentro do nosso conhecimento, dar as devidas respostas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Dr. Evandro, bom-dia. É um prazer tê-lo aqui na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Dr. Evaristo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Desculpe. Em primeiro lugar, eu gostaria que o senhor nos informasse quantos postos integram o sindicato que o senhor preside e se o sindicato congrega todos os postos cadastrados no



Estado da Paraíba ou se congrega apenas uma parte. E quantos postos são cadastrados no sindicato e quantos não são associados? Também gostaria que o senhor nos informasse quantos postos atuam no regime que nós conhecemos no mercado como de bandeira branca e quantos postos são de fidelidade a determinadas distribuidoras. Nós temos aqui em mãos um relatório da Agência Nacional do Petróleo referente ao Estado da Paraíba. Neste relatório, iniciadas as inspeções em 2001, registrada aqui a última inspeção em 2003, a ANP nos dá conta da existência de 91 postos com autuações processadas pela ANP, alguns postos autuados e interditados pela Agência Nacional do Petróleo. Em relação a esse relatório, eu gostaria que o senhor nos dissesse por que motivo a Agência Nacional do Petróleo tem autuado esses postos no Estado da Paraíba, nos Municípios de Bayeux, Cabedelo, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, enfim, cidades de todo o Estado da Paraíba, inclusive na Capital, João Pessoa, e por quais motivos alguns desses postos têm sido autuados e interditados. Nessa relação aqui, nós temos postos interditados em Campina Grande, em João Pessoa, em Patos. Postos interditados em Sousa, em Santa Rita e em São Bento. Como Presidente do Sindicato, qual é a explicação que o senhor dá para a autuação desses postos e nos casos aos quais eu me referi para autuação e interdição? Então, teria essas primeiras perguntas para em seguida lhe oferecer mais algumas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Pode responder.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Deputado Paulo Rubem, senhoras e senhores, nós temos, pelas informações últimas recebidas na própria ANP, da ordem de 509 postos funcionando no Estado, e desses postos nós temos filiados ao sindicato 25% — 104 postos mais ou menos. Isso no Estado. No Município de João Pessoa e na Grande João Pessoa, esse percentual sobe para 60%. João Pessoa 60% e Grande João Pessoa também 60%. São cerca de setenta e poucos postos. Neste momento, eu não sei precisar para o senhor a quantidade de postos bandeira branca existentes no Estado. Teria que fazer a consulta, que é uma coisa relativamente rápida, à própria informação da ANP.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas, em relação a essa questão, o senhor teria pelo menos uma abrangência de que porcentagem dos



postos aqui atuam por fidelidade das distribuidoras, se é a maioria, se é a terça parte, se é uma minoria ou se é equilibrado? Postos que recebem combustível de uma ou de outra distribuidora ou se recebem exclusivamente de uma única distribuidora.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Se não falha a memória, esse percentual talvez não seja um terço ainda de postos bandeira branca dos postos associados. Com relação ao motivo de autuação da ANP, sem dúvida nenhuma — e isso ocorre não só na Paraíba, mas em todo o País —, as autuações são as mais diversas possíveis. Vai desde a falta de colocar alguns avisos que a Portaria 116 exige sobre prevenção, sobre nocividade dos agentes do posto a também estar comercializando um produto sem ser aquele que a bandeira do posto indica, que é comprado de outros distribuidores, como a parte que a ANP chama de não-conformidade, principalmente com relação ao volume de álcool adicionado à gasolina e às vezes até ao próprio álcool comercializado. Então, os motivos são os mais diversos possíveis, os motivos de autuação.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Em relação ainda a essas informações, nos causa surpresa que o sindicato congregue apenas 104, pela sua informação, dos 509 postos. Então, nós teríamos aproximadamente 400 postos no Estado da Paraíba que não têm qualquer vínculo com o sindicato. Dessas informações que o senhor nos dá dos motivos das autuações e interdições, desde falta de avisos, duas nos chamam atenção. Primeiro a comercialização contrária à bandeira, o que, na verdade, não deixa de ser uma forma de se ludibriar o consumidor. O consumidor conhece mais algumas marcas, são marcas mais ricas que têm um maior investimento publicitário, inclusive garantindo a qualidade do combustível. E muitas vezes, então, chega a um posto que expressa uma marca, mas vende combustível diverso daquele, uma forma clara de se lesar a economia popular e o consumidor. O senhor também se refere a autuações de não-conformidade... uma maior adição de álcool à gasolina e também a modificação do próprio álcool vendido. O senhor poderia nos dizer, nesses casos, se postos filiados ao sindicato têm sido autuados por algumas dessas infrações, pela ANP; e quando isso ocorre, se o sindicato oferece alguma assessoria jurídica ou alguma assessoria técnica para que estes postos se corrijam; e, quando isso acontece, se o sindicato



tem alguma norma ética para os seus filiados, se o sindicato desenvolve alguma campanha ética junto aos seus filiados, para que estes postos não comercializem combustível diverso da bandeira que “publicizam”, ou se estes postos também são orientados a vender combustível dentro das especificações do sindicato; se há alguma publicação, alguma campanha informativa, algum *folder*, algum impresso; se o sindicato faz reuniões com os postos em relação a isso ou deixa para que os próprios postos se comportem de acordo com o mercado.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - (*Falha na gravação.*) Uma minoria, menos de 10%, são filiados ao sindicato, dos que têm sido autuados com esses mais diversos tipos de autuação. Nós temos efetivamente, nas conversas com os colegas, com os companheiros, feito advertências para essas questões de comercialização, essa parte institucional, e temos mantido um periódico. Na verdade, no ano passado, de agosto, início de setembro até dezembro, nós tínhamos uma coluna semanal no jornal de maior circulação do Estado sobre todas as questões que diziam respeito a combustíveis; e a partir de janeiro deste ano nós temos um informativo semanal, que é distribuído com todos os associados, sobre as questões mais genéricas do segmento. Devo registrar que a questão dos postos de bandeira branca... essas autuações têm sido feitas tanto em postos de bandeira branca como em postos que ostentam as bandeiras mais conhecidas, as chamadas multinacionais; indistintamente, isso tem ocorrido. Grande parte também talvez seja até por desconhecimento, principalmente os postos do interior, da legislação que deve ser cumprida. E nós temos verificado que uma exigência que já tem sido feita, já registrada há mais de 2 anos, que é o recolhimento de amostras de testemunho de cada carregamento que se recebe nos postos, vários desses postos têm sido autuados e interditados por não estarem cumprindo essa determinação. Obviamente, boa parte disso é falta de informação e desconhecimento até dessa obrigatoriedade. E isso ainda ocorre certamente porque a quantidade de fiscalização que é feita, infelizmente, ainda é muito pequena. Nós temos realmente... Somente agora, nos últimos meses, é que começa uma fiscalização mais intensa. Na verdade, quando ela existe, há inibição dessas práticas, que às vezes nem são dolosas; na verdade, com relação a um aviso que se deva colocar na própria bomba ou coisa desse tipo. Mas, em existindo maior fiscalização, normalmente ninguém é



apanhado duas vezes cometendo o mesmo tipo de erro ou de equívoco. Só exemplificando, nós queremos até registrar aqui, com o nosso voto de louvor e de aplauso a uma fiscalização que está sendo realizada nos últimos 10 dias, por exemplo, ou uma semana, no Estado, principalmente no interior, pela ANP, e exclusivamente pela ANP, onde 8 postos foram interditados em vários Municípios. Então, basta que haja realmente uma fiscalização eficaz, e a diminuição de irregularidades... ela realmente diminui bastante. Não sei se consegui responder a todas as indagações que os senhores queriam.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor atua no ramo de revenda de combustíveis há quanto tempo?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Diretamente, há cerca de 12 anos, e indiretamente há cerca de 20 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Por que o senhor fala “diretamente” e “indiretamente”?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Porque eu, antes, tinha uma... sou engenheiro e era empregado de uma estatal, e a família começou no ramo, e somente depois de alguns anos é que eu passei a ter uma atividade integral na administração de posto de gasolina.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Qual foi a estatal para a qual o senhor trabalhou?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - A Companhia Hidrelétrica de São Francisco, a CHESF.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A CHESF. Pois não.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Com muita honra e muito orgulho, durante 22 anos, na cidade de Paulo Afonso.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quantos postos hoje tem a sua empresa?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Nós hoje temos postos próprios da ordem de 8 postos e já começamos a arrendar postos, porque a situação não está fácil. Já temos postos fechados, posto arrendado e postos colocados à venda.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não sei se aqui na Paraíba acontece o que encontramos no Estado do Pará, um anúncio nos classificados do jornal *O Estado do Pará*, com a seguinte afirmação: "Posto de gasolina: compro, pago à vista, sigilo absoluto". O senhor fala que já tem sido levado a arrendar postos, há postos fechados, tanto no seu caso como empresário quanto nos postos associados ao sindicato. Quem é que tem arrendado esses postos aqui, em João Pessoa, ou no Estado da Paraíba? São empresas daqui, são empresários que vêm de fora? Os postos que se fecham e são vendidos a outros, quem são os que arrendam e os que compram postos que estão em dificuldade aqui na Paraíba?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Bom, inicialmente, não vimos registro da forma como o senhor citou em Belém do Pará, mas seguramente hoje, no Município de João Pessoa, na Grande João Pessoa, encontram-se à venda, no mínimo, 40 postos. Isso mostra a extrema dificuldade pela qual o segmento está passando aqui, em João Pessoa. Nós falamos em 40 postos, mas quanto ao restante dos postos não significa que não estejam à venda. Certamente, se houver a procura, são vários os companheiros que estão mudando de segmento, vários já saíram este ano e outros procuram sair porque a situação é muito crítica na Grande João Pessoa, principalmente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Permita-me uma colaboração. O senhor está-se referindo a essa situação crítica na Grande João Pessoa. O senhor poderia nos dizer, pela sua experiência, que essas dificuldades são dificuldades de ordem econômica dos consumidores, que hoje têm menos renda para abastecer os seus veículos; são ordens econômicas do próprio mercado, ou seja, concorrência desleal, práticas não convencionais? A que o senhor atribuiria especificamente essas dificuldades da sua empresa, e pelo menos desses 40 postos, já que o senhor é presidente do sindicato e deve conversar até informalmente, como em toda classe há conversas, opiniões, desabafos. O senhor atribuiria... não precisa citar nomes, mas em termos gerais, a que o senhor atribui essa dificuldade? E quem é que está arrendando, quem é que está comprando posto quebrado, falido, aqui no Estado da Paraíba e em João Pessoa?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - É... Deputado Paulo Rubem, as dificuldades no caso específico, principalmente no Município de João



Pessoa — e aí atende também um pouco a Grande João Pessoa —, ela vem exatamente da proliferação de postos ocorridos no nosso Município nos últimos 2, 3 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Proliferação...

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Proliferação. Essa palavra... inclusive ela tem... ela não é uma palavra dita pela primeira vez por mim, mas um decreto do Prefeito Municipal, que editou 3 decretos durante dezembro do ano atrasado e agosto do ano passado, exatamente proibindo a construção de novos postos no Município de João Pessoa, para evitar a proliferação — então essa palavra está no próprio decreto municipal —, a proliferação de postos que, enfim, estava sendo reconhecida pelo próprio Prefeito. Então, nós tínhamos há 3, 4 anos um volume médio de venda/mês de produtos que poderia estar em torno de 150 mil litros por posto, bastante razoável para a sobrevivência de um posto — seria um bom negócio dentro da normalidade —, e essa média hoje está abaixo dos 70 mil litros. Entretanto, nós não tivemos uma diminuição, nem de tributos, nem de impostos, nem de tarifas, nem de salários.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deixa eu ver se consigo acompanhar o seu raciocínio. Se o setor tem dificuldades; se pelo menos 40 postos estão com dificuldades, ou fechados ou com dificuldades; se é um setor com tanta dificuldade, como é que prolifera posto aqui? O que alimenta a proliferação desses postos? Porque, se há dificuldade, se as empresas têm dificuldade, por que é um setor atraente para que novos postos apareçam, se os consumidores são os mesmos, a população é praticamente a mesma, o número de veículos cresce numa razão pequena? Até para ajudar e entrar no seu raciocínio. Quer dizer, o senhor atribuiria a quê essa proliferação? Por que, de repente, com dificuldade, aparece tanto posto? Se deve a quê esse crescimento do número de postos instalados tanto em João Pessoa e, eu diria, talvez até no Estado?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Parte deles vêm ainda de uma imagem de alguns empresários de outros setores, que têm a imagem ainda do negócio de postos de combustíveis há 10 anos, por exemplo, e que era realmente um dos bons negócios, e ainda tem essa imagem distorcida. Parte é isso aí, mas parte vem muito provavelmente — e aí é um trabalho que precisa ser feito, e é



investigativo da própria CPI, das autoridades ou de quem quer que seja —, nós não temos provas disso aí, mas pode ser exatamente uma busca eventual, principalmente dessas, digamos, distribuidoras emergentes, coisa que não existia até 96, e que viabilizaram ou entenderam que cabiam mais postos dentro desse volume que não cresce ou não cresce à proporção necessária para tantos postos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Aqui na Paraíba, quais são as consideradas emergentes? Quais são as distribuidoras conhecidas que são consideradas... afora as tradicionais, antigas?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Aqui nós temos da ordem de 13 a 15 distribuidoras, incluindo as multinacionais. E dentre as multinacionais eu incluo a PETROBRAS. Afora essas, existe uma que é a única distribuidora que tem base e sede aqui na Paraíba, no Município de Cabedelo, que é a ELLO, a DISLUB, a Federal, agora entrou a (*ininteligível*); existia a Max, mas acho que como distribuidora não existe mais. Praticamente só; cerca de 13.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A ELLO, a (*ininteligível*), a DISLUB, a Federal...

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - A Total.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Total.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - A SAT. São quantas aí?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Cinco ou seis.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Com mais umas 5 ou 6, no total dá mais ou menos 13.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Essas viriam, nos últimos... o senhor diria, pelo menos nos últimos 5 anos, essas são as que têm tido uma presença maior no mercado aqui?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - É, inclusive hoje com volume, na Paraíba, um volume físico de vendas bem maior do que as multinacionais. Hoje, o volume de vendas das ditas emergentes regionais é bem maior do que das multinacionais. Aliás, pode ser que não seja perguntado, mas eu gostaria de colocar para a CPI, isso nós já fizemos algum comentário junto à força-tarefa, que tem a... A força-tarefa, na verdade, ela tem feito um trabalho muito bom; essa força-tarefa que foi implantada a partir de maio, se não me engano. É um



trabalho importante e inibidor para aqueles que não trabalham com ética. Mas no nosso entendimento vem concentrando os esforços dela quase que exclusivamente, eu diria... eu não digo exclusivamente porque não tenho conhecimento total, mas na busca de irregularidades em postos de combustíveis.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Na ponta?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Na ponta. O senhor, ao falar isso para os que entendem, disse tudo. A origem é que tem que ser buscada, desde refinaria, para saber se a PETROBRAS vem vendendo por um preço justo, e em segundo lugar as distribuidoras, para saber se estão vendendo a um preço justo, porque o preço na bomba... A gente tem dito há bastante tempo: o preço na bomba de combustível reflete o preço pelo qual o empresário compra o produto. Então, a preocupação com relação a preço considerado alto, ela é bastante justa, mas tem que ser visto se o empresário está cobrando a margem de lucro extorsiva da sociedade. Isso não tem sido visto. Tem sido visto o valor absoluto de venda ao ponto de, quando há uma variação de preços, a força-tarefa se preocupar em buscar e em fiscalizar aqueles postos que subiram. Não precisa uma força-tarefa para isso. Basta mandar requisitar as notas de compras ou verificar apenas as notas de compra e venda. Então, Deputado, só para não perder o raciocínio, essa fiscalização... E eu nas entrelinhas disse, quando o nosso nobre Deputado, Presidente da Comissão passou na cidade e textualmente falou que o enfoque da imprensa e o enfoque dos órgãos de defesa do consumidor e Ministério Público deveriam estar mais centrados em distribuidoras, porque o grande volume de distorção do mercado está nas distribuidoras e não em postos. Não que não existam empresários desonestos ou que façam algum tipo de adulteração e sonegação em postos. É claro que existem. Como eu disse, entraram vários empresários que só não se sabe porque não se consegue provar. Tem desconfiança, etc. Mas o grande volume da distorção está nas distribuidoras. E infelizmente não temos visto; a sociedade não tem conhecimento, nem a imprensa, de que esse trabalho está efetivamente sendo feito. Pode até ser dito que está sendo feito nas distribuidoras pela força-tarefa. Deveria estar dando publicidade a isso, como também deveria estar fazendo um trabalho que é público e notório da distorção que existe na comercialização de álcool anidro e hidratado. Mas eu não posso deixar de registrar



que, por exemplo, a Secretaria de Finanças do nosso Estado, agora, de uns 90 dias, talvez, para cá, vem de uma forma bastante eficiente... fez um trabalho extraordinário — não sei se continua — de fiscalização em usinas, em portas de usinas, de fiscalização de caminhões transportadores, em várias barreiras do Estado, e inibiu muito fortemente a comercialização irregular do álcool. Isso é realmente simples de fazer, porque temos 6 a 8 destilarias apenas em todo o Estado. É uma questão de decisão.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor diria que essa comercialização irregular é grande no Estado da Paraíba ou vinha sendo grande?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Ela vinha sendo grande e voltará a ser grande no momento em que a fiscalização voltar a não ser forte.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E a irregularidade seria qual? A venda direta da usina para os postos?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - A venda e a compra, porque um não pode vender, e o outro não pode comprar, e isso ocorre. Uma coisa que acho que a legislação deveria também... os senhores que são responsáveis por ela, pela redação e pela implementação da legislação... porque, por exemplo, do nosso conhecimento, quando por exemplo o Fisco Estadual flagra um caminhão descarregando num posto de combustíveis uma carga irregular de álcool, ou seja, sem nota fiscal, a atuação do Fisco Estadual cinge-se apenas a cobrar uma multa, deixar o álcool ser despejado, cobrar uma multa, e vai embora para casa contar o dinheiro que recebeu. Ora, isso é um absurdo! Isso para o cidadão é um absurdo! Então, é muito simples e muito cômodo você praticar um ilícito dessa forma, uma concorrência extremamente desleal, porque será que foi aquele o único carro que foi... que aquele posto comercializou, que comprou direto da usina? Certamente que não. E as outras dezenas de postos que a fiscalização não alcançou? Então, obviamente teria que ter alguma coisa a mais de informações à ANP, a órgãos de defesa do consumidor para que o processo não ficasse, pura e simplesmente... arquivou ali porque recebeu o tributo ou o imposto daquela carga de combustíveis.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Deixa eu voltar rapidamente, para passar ao Dr. Evaristo duas questões mais. A primeira pergunta ou o primeiro bloco que eu lhe fiz talvez o senhor possa até nos esclarecer. Diante



dessa situação, da entrada no mercado de empresas emergentes, e da constatação de que se vende também combustível derivado da cana-de-açúcar direto aos postos, e da crise dos postos, eu volto a lhe perguntar: quem é que vem arrendando postos? São apenas representantes destas distribuidoras emergentes ou são outros? E o senhor poderia declinar nomes de grupos que tenham arrendado postos? Em seguida lhe pergunto sobre uma rede de postos, se o senhor conhece a Rede Planalto; se os postos dessa rede são filiados ao seu sindicato; e se tem havido no mercado uma certa insatisfação ou uma certa inquietação com a forma como esta rede tem atuado no mercado, tanto no setor de derivados de petróleo quanto no setor de álcool.

O SR. EVILÁSIO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - O senhor até já fez essa pergunta algumas vezes, eu não estava conseguindo me lembrar de responder sobre quem está alugando ou arrendando postos. Nós temos, por exemplo, uma rede nova, realmente uma empresa nova de postos, Rede Liberdade, que tem arrendado alguns postos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Rede Liberdade?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - A Rede Liberdade tem arrendado alguns postos, e alguns outros empresários também têm arrendado ou alugado diretamente com o proprietário outros postos. Então, não são só empresas, não sei se...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Essa Rede Liberdade é da Paraíba? É vinculada a alguma distribuidora ou é um grupo autônomo?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - É da Paraíba. Deve ter alguma vinculação, não sei de que natureza a vinculação — teria que ser verificada, ou documentalmente; não é o nosso caso nem do sindicato —, a Distribuidora ELLO. Tem também, soube recentemente, que a Distribuidora SAT também teria arrendado alguns postos. Interessante é que esses arrendamentos, via de regra, eles são feitos exatamente por conta das dificuldades em que os postos se encontram e termina havendo uma composição para que...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor saberia dizer se essa Rede ELLO é sucedânea do TECAB lá de Cabedelo ou da TECSAT?



O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - É, exatamente. Não, não é TECSAT. Antigamente era TECSAT, depois saiu; formou-se a ELLO e a SAT.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A SAT é a Satélite, que é uma distribuidora do Rio Grande do Norte.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, essa Rede Liberdade vem atuando com muita liberdade no arrendamento de postos.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Não, não, eu não diria que é com muita liberdade. Pelo que a gente conhece, inclusive vem atuando com toda a seriedade, dentro das normas e tudo mais.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ela já dispõe hoje de quantos postos, pelo seu conhecimento?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Não, nós não sabemos. Os postos ainda não estão associados ao sindicato, mas já deve ter seguramente... talvez aí uns 8 a 10 postos, pelo menos.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Em João Pessoa?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Acho que tem também no interior.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E essa Rede Planalto, o senhor conhece?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Essa Rede Planalto não, eu desconheço. Rede Planalto de postos aqui no Estado eu desconheço.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor conhece o...

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Temos um Posto Planalto, mas não tem a ver, é um posto isolado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor conhece, no mercado, como presidente de sindicato, um dono de posto, um empresário chamado Marcos Domingos?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Não, vim a conhecer o nome apenas por conta até, diria, de um escândalo ocorrido agora em fevereiro, março deste ano, provavelmente. E, coincidentemente, devo registrar que o nosso sindicato... isso ocorreu, o fato gerador ocorreu, coincidentemente ou não, cerca de



3 dias após nós termos feito a terceira visita à Secretaria de Finanças do nosso Estado — no caso do atual Governo, a segunda — , onde nós fomos, como de vezes anteriores, cobrar providências, pedir que o setor fosse fiscalizado com relação ao álcool, porque o que estava existindo era uma afronta total e completa. E, coincidentemente ou não, houve essa apreensão de 2 carros. E daí tem todo um rumoroso processo. E foi quando surgiu o nome dessa pessoa.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Esse Posto Planalto ou Postos Planalto são associados ao sindicato?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Não são?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Presidente, eu...

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Devo dizer também, registrar que a nossa entidade procurou a Secretaria de Finanças do Governo anterior para fazer o mesmo tipo de solicitação. Pode parecer uma incongruência um sindicato patronal solicitar das autoridades que o setor dele seja fiscalizado, mas não é, é uma tentativa de sobrevivência, porque... Registro também que vários são os postos que deixaram de comercializar álcool na nossa cidade porque não têm condições comerciais de comercializá-lo, porque se compra na distribuidora. O preço que colocam é tão diferente e tão acima daqueles que estão sendo praticados que se perde dinheiro. Então, é outro ponto que salta à vista — a gente vem dizendo isso permanentemente —, salta à vista das autoridades e precisa de uma ação mais efetiva, de verificar por que alguns postos conseguem vender o álcool hidratado a preços praticamente iguais ao de custo das distribuidoras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Dr. Evilásio.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Pois não, Presidente. Cumprimento o convidado, Sr. Evaristo Cavalcanti, Presidente do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Estado da Paraíba. Sr. Evaristo, qual é o total de distribuidoras, hoje, que opera no nosso Estado da Paraíba? Quantos são, hoje, os fiscais da ANP aqui na Paraíba? Perguntaria também: o senhor referiu que há mais ou menos 500 postos, e filiados, apenas 124. No Brasil há, aproximadamente, 30 mil postos de gasolina, num total de mais ou menos 25 mil empresários, ou seja, é quase 1 para 1.



Eu perguntaria: devido à baixa adesão dos postos ao sindicato — não representa nem... aproximadamente 23% —, a maioria dos postos aqui são de proprietários... são postos, empresas individuais de 1 ou 2 postos, ou a maioria é rede de postos que pertence à mesma empresa? Talvez seja essa a situação que justifique a baixa adesão, porque, se a adesão for por empresa, representa esse número pequeno; se for por postos, realmente está muito baixa a adesão ao sindicato. Eu perguntaria se há diferença substancial de preço de combustíveis ou derivados de petróleo entre João Pessoa, Campina Grande, Patos e Cajazeiras. Eu perguntaria se o senhor tem notícia de que algum posto ou alguma rede, seja distribuidora, ou de mercado no varejo, se tem informações, se é do seu conhecimento, se há informações privilegiadas. Por exemplo: quando há uma ação fiscalizadora que envolve multiórgãos, além da ANP — Polícia, Secretaria da Receita etc. —, se há alguma rede que tem informação privilegiada e sabe antecipadamente dessa ação fiscalizadora. Perguntaria se é do seu conhecimento que há, se há, aqui no Estado da Paraíba, adulteração de combustíveis, roubo de cargas de combustíveis, sonegação e também se o senhor tem conhecimento da freqüência de liminares concedidas contra a CIDE. Se existe, ela é mais comum em determinada rede de postos ou postos; e se é mais incidente, mais freqüente em determinadas Varas; se é do seu conhecimento que algum membro da magistratura, na sua atuação, concedeu número substancial de liminares. E perguntaria, para encerrar essa primeira bateria de perguntas, se hoje, aqui em João Pessoa, como já acontece em alguns outros Estados e grandes cidades, se redes de supermercados já estão atuando no comércio de varejo de combustíveis. E, finalmente, é do seu conhecimento o envolvimento de agentes políticos ou Administração Pública federal ou municipal, que tenha alguma ação que privilegie proprietário (*Falha na gravação.*) conhecimento de entes públicos aqui em João Pessoa ou em Campina Grande?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Eu ainda perguntaria ao Presidente do SINDIPETRO, primeiro, a quem ele sucedeu no sindicato da categoria e se o senhor tem conhecimento de uma denúncia contida no inquérito conduzido pelo Ministério Público, um depoimento de uma funcionária de nome Luciana, citando o Sr. Antônio Moacir Dantas Júnior como um dos cabeças, ou um dos



chefes, ou coordenadores, ou uma das pessoas responsáveis por essa, digamos, atuação irregular, por essa máfia do álcool aqui no Estado da Paraíba. Se o senhor confirma que o Sr. Antônio Moacir Dantas Júnior foi presidente antes do senhor no sindicato; se o senhor tem alguma relação comercial ou societária com ele; e se tem conhecimento desse depoimento que foi prestado por essa funcionária de nome Luciana, que o indica, entre outras pessoas, como um dos responsáveis. Inclusive essa pessoa seria um agente de fiscalização da Secretaria da Fazenda e que estaria envolvido nesse processo.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Deputados Dr. Evilásio Farias e Paulo Rubem, no início eu copieei todas as perguntas. Por favor, se não ficarem todas respondidas, gostaria de ser lembrado. Com relação à quantidade de distribuidoras, Deputado Evilásio Farias, nós fizemos um comentário hoje. Ela deve estar hoje girando entre 13 e 15 distribuidoras atuando no nosso Estado. Apenas uma das emergentes, vamos dizer assim, tem base aqui no Estado. E, das multinacionais, tem uma base da ESSO e uma base da PETROBRAS. Com relação à quantidade de fiscais da ANP no Estado, nós não temos nenhum fiscal da ANP no Estado. E o que nós sabemos é que continua um número de... cerca de cinquenta e poucos fiscais para a atuação em todo o País. Entretanto, temos conhecimento de que vários foram os Estados que já fizeram convênios com a ANP, através de suas Secretarias de Finanças ou de Fazenda, para que os fiscais ou parte de fiscais das Secretarias atuem como fiscais com a mesma função ou com os mesmos poderes, talvez até mais do que os fiscais da própria ANP. E são vários os Estados que já fizeram esse convênio, do nosso conhecimento. Como é do nosso conhecimento, já aqui relatado, de que existe uma minuta de convênio pronta em nosso Estado, faltando apenas a assinatura do Sr. Governador e do Sr. Embaixador, onde seriam treinados cerca de 35 fiscais da nossa SEFIN. Eu devo comentar, é do nosso conhecimento também, Deputado Evilásio, que nós temos da ordem de 18 mil proprietários de postos no País. Eu não tinha esse número de 25 mil. De qualquer forma, mostra que, na sua grande maioria, nós somos um setor de médios e pequenos empresários. A questão da diferença de preços nos Municípios citados — João Pessoa, Campina, Patos, Cajazeiras —, de fato, sempre estão existindo diferenças de preços. Algumas vezes, pelo menos em relação a João Pessoa e



Campina Grande, algumas vezes há inversão. Às vezes, o preço em João Pessoa está menor, às vezes está maior, mas na maior parte das vezes Campina Grande tem um preço menor, em média, do que de João Pessoa. Patos e Cajazeiras, pelo que a gente vem acompanhando dos próprios relatórios da ANP, os preços sempre são dos maiores do Estado.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Uma coisa: os postos de Campina Grande retiram combustível de que base? Da base de Cabedelo?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - De Cabedelo, da base de Cabedelo.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - E levam de Cabedelo para lá, e ainda vende mais barato do que aqui em João Pessoa, em alguns casos?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - É. Talvez na maioria dos casos vende mais barato. Desconheço que algum posto ou alguma rede de postos tenha informação privilegiada sobre alguma ação fiscal a ser desenvolvida, ou quando é desenvolvida. Obviamente, não podemos deixar de confirmar, porque é assim que diz a própria ANP, e neste sentido tem ações e tudo mais, que exista adulteração no Estado, existe sonegação; já falamos sobre sonegação. Temos conhecimento de algum roubo de carga, principalmente no sertão, talvez não seja significativo o volume, mas já existe roubo de carga de combustível no nosso Estado. E desconheço que algum Juiz Federal do Estado tenha concedido alguma liminar a algum posto ou a alguma distribuidora, isentando do pagamento da CIDE. Não temos ainda nenhuma rede de supermercados atuando no setor. Não que sejamos contra, não que o sindicato seja contra que a rede de supermercados possa atuar no segmento, entretanto, desde que em condições de igualdade. E o que se verifica no País, hoje, em alguns Municípios, é que, na verdade, quando o supermercado coloca postos — e já são vários, principalmente no Sudeste e no Sul —, ele tem o benefício do ICMS e, na verdade, é uma forma de burlar o Estado no recolhimento de impostos. Além do que é preciso estar atento ao risco potencial de uma instalação de tanques de combustíveis numa área onde concentra populações muito grande a uma distância pequena. Então, se isso pode ser evitado, deveria ser evitado, mas o mínimo é que as mesmas condições de atuação... as condições tributárias sejam igualadas. E nesse caso, se o forem, e quando são nos Estados,



em algum Estado que já é assim, já é exigido por uma legislação especial, os supermercados perdem o interesse de instalar postos de combustíveis. E tivemos o exemplo recente de um posto de combustível. Tive informações, aliás recente, de um posto de combustível no Estado de São Paulo — foge-me à memória o Município —, que, depois de atuar 6 anos, a Justiça mandou fechar o posto, um posto da Rede Carrefour. Isso é coisa recente, da semana passada. Registro também que, de uma forma bastante inteligente, na proteção, dentre outras, do consumidor, do potencial consumidor, a nossa atual lei, aprovada pela Câmara de Vereadores e em vigor, ela tem um artigo que proíbe a instalação de postos em rede de supermercado e congêneres. Nós esperamos, inclusive — e aqui eu faço um apelo aos Srs. Vereadores presentes ou que vierem a ter conhecimento dessa reunião —, para que esse item não seja modificado, eventualmente atendendo a pedidos de supermercados, e que, se vier a ser modificado esse artigo, que seja colocada a igualdade de condições para com os outros postos e não a utilização de legislação para deixar de arrecadar para os cofres públicos. Também desconhecemos que agentes políticos sob a administração pública tenham ação privilegiada na proliferação de postos. Já falei aqui da lei atual que existe sobre a matéria. Apenas ela carece de eficácia, que pode ser sanada, e nós encaminhamos pedido nesse sentido ao Sr. Prefeito, uma sugestão de decreto administrativo, para que a atual lei possa ter eficácia. É do nosso conhecimento ou de informações, pelo menos, de que existe ainda um sem-número de alvarás emitidos com datas de anos anteriores, de vários anos. E como os alvarás do Município de João Pessoa, eles não têm prazo de validade, é por prazo indeterminado, e houve há algum tempo aqui o que a imprensa determinou de farra de alvarás, uma quantidade muito grande de alvarás, não foi outra coisa que também facilitou essa proliferação de postos, e que esses alvarás existem e estão vigendo. E, obviamente, se algum deles foi implantado a partir de agora, de 17 de abril para cá, eles estarão em conformidade com a lei anterior, mas não estarão em conformidade com aquilo que a sociedade exigiu e que os nossos edis colocaram na lei para ser sancionada. Então, alguns advogam a questão do direito adquirido, mas o direito adquirido também tem algumas coisas que têm que ser vistas sob o enfoque da necessidade da população, da sociedade. E esse decreto administrativo...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Esta Presidência pede para que seja um pouco mais rápido, pois já estamos com o horário adiantado.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Pois não. E o que nós sugerimos, pura e simplesmente, nesse decreto ao Sr. Prefeito é que ele possa dar um prazo para esses alvarás existentes, verificados antes de 17 de abril deste ano, que ele dê um prazo razoável para que esta obra seja iniciada e um prazo razoável para que ela seja concluída. E assim terá atendido ao direito adquirido. Infelizmente, parece estar havendo um excesso de zelo dos senhores assessores do Sr. Prefeito porque não chegou para ele ainda essa minuta de decreto. Parece-me que respondi a todas, Deputado Dr. Evilásio.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Perguntaria, completando: o senhor não tem conhecimento de que no Estado da Paraíba não houve nenhuma concessão de liminar contra a CIDE?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Não. Não tenho nenhuma informação.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Nenhuma sequer?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Juiz Federal daqui da Paraíba, desconheço completamente. Agora, distribuidoras que têm sede em Pernambuco e que conseguiram liminar de CIDE, aí sim, mas não concedida por Juízes da Paraíba. Eu desconheço.

(Intervenção inaudível.)

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Agora, a empresa com atuação no Estado da Paraíba.

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Mas ela é distribuidora?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Ela é de Pernambuco e conseguiu liminar...

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Em outra...

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Talvez não tenha sido nem em Pernambuco, não é?

O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Em outra Comarca.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Talvez na Comarca do Estado do Rio.



O SR. DEPUTADO DR. EVILÁSIO - Qual é a distribuidora que atua com liminar aqui?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Que atua com liminar, Deputado, eu não tenho conhecimento. Isso é uma falha dos nossos sistemas, que não fazem esse tipo de divulgação permanente para a sociedade. Porque se nós tivéssemos um mecanismo de divulgação pela ANP, por quem quer que fosse, por algum órgão, de quais são as empresas que adquirem, que têm liminar para não pagar ou não recolher ICMS, PIS, COFINS, CIDE, a sociedade talvez tivesse algum mecanismo para entender que não deveria prestigiar essa distribuidora, porque, via de regra, está sendo constatado que isso é uma burla, que eles não fazem o recolhimento posteriormente como prometem. É um apelo até que faço, de uma forma, para que haja divulgação ampla, pela imprensa, de quais são as distribuidoras do País que conseguem essas limitares, mesmo de vida efêmera, como tem acontecido. Parece-me que não restaria nenhuma pergunta do Sr. Deputado Dr. Evilásio Farias. E com relação às duas perguntas feitas pelo Deputado Paulo Rubem Santiago, eu sucedi na presidência do SINDIPETRO o empresário Antônio Moacir Dantas Cavalcante, mais precisamente em abril do ano passado. Não tenho nenhuma sociedade com ele, nunca tive, tenho relação de conhecimento e de amizade. Tomei conhecimento, na imprensa, exatamente quando houve aquele escândalo das carretas que foram pegadas com álcool aí, de que essa Sra. Luciana, que seria a secretária de um posto pertencente, na época, à Rede Max, de que teria citado ou estava registrada alguma coisa lá também em nome dele. Mas eu desconheço alguma atuação do empresário Moacir Dantas que tenha sido de forma fraudulenta, ou o que quer que seja.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ele tinha postos que distribuía combustíveis da bandeira Max?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Desconheço. Acho que não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quais são as distribuidoras que fornecem, se ele ainda atua no mercado combustíveis, para os seus postos? Do Sr. Antônio Moacir Dantas.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - A Distribuidora S.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Essa distribuidora de onde é?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - É do Estado de Recife, Pernambuco.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - O senhor tem conhecimento de que o Sr. Antônio Moacir Dantas teria alguma função pública: agente de fiscalização, funcionário da Secretaria da Fazenda, alguma coisa assim?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Eu sabia que ele era da Secretaria de Finanças e esteve ausente algum tempo e agora retornou.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quer dizer que é fácil ser funcionário da Secretaria de Finanças. Quanto é que ganha um auditor, um agente de fiscalização aqui na Paraíba? Alguém poderia informar-nos? É fácil ser agente de fiscalização, pedir licença sem vencimento e se tornar empresário de postos? Como é isso? Nós não temos visto auditor fazendário. O Sr. Antônio Moacir Dantas teria sido auditor ou agente de fiscalização?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Não. Eu não tenho esses detalhes, não.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Agente de fiscalização. Carreira única. Então, ele seria... Ele atua ainda no mercado?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Devo registrar, com pesar, que ele foi um dos empresários atingidos por essa concorrência desleal, predatória e de proliferação de postos e de que praticamente os postos que ele veio a adquirir teve que se desfazer; e parece que está com um posto, se tiver, fazendo parte da sociedade.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Ele foi citado por essa senhora como se participasse desse esquema desenvolvido pela Max Distribuição de Álcool diretamente de usinas — inclusive citada uma usina de Pernambuco — aos postos. No relacionamento que o senhor teve com ele como membro de classe, o senhor tinha conhecimento dessa relação dele com a Max Petróleo, da atuação comercial dele?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Não. Nunca tive nenhum conhecimento de relação comercial dele com a Max. E devo registrar, de são



consciência, que, até prova em contrário, eu não acredito que ele tenha sido um empresário desonesto ou que tenha praticado esses ilícitos que eventualmente estão sendo citados aí.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - A que o senhor atribui ele ter sido citado e num processo que chegou à CPI, com 11 volumes, processo já analisado por nós, Deputados, com a Assessoria da CPI? Há, de fato, citações, inclusive a partir da apreensão de uma agenda com nomes, números de contas bancárias, anotações de pagamentos, registros telefônicos, compromissos comerciais, não apenas o Sr. Antônio Moacir Dantas Júnior, mas outras pessoas também têm lá os seus nomes referidos. O senhor atribuiria isso a quê? A uma concorrência desleal entre o mercado, a uma maquinação perversa de outros concorrentes? A que o senhor atribuiria essa referência aí, a indicação nos autos desse processo, da presença do nome do Sr. Antônio Moacir Dantas Júnior?

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Deputado, a que atribuir exatamente eu não sei. Apenas eu tenho que registrar que ele era um líder da classe empresarial, era presidente do sindicato, ele tem alguma relação de interesses, por exemplo, comerciais com a S Distribuidora, que distribui também álcool, eventualmente — eventualmente não, também distribui álcool —, e pode ser um dos motivos. A não ser que seja verdadeiro o que foi colocado e que desconheço completamente. E não acredito, friso, volto a ressaltar, não acredito, em hipótese nenhuma, até prova cabal em contrário.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quero agradecer e ao mesmo tempo pedir ajuda, porque a gente sabe que várias empresas que conseguem liminares, em alguns Estados, estão utilizando até os sindicatos para pedir, dizendo que tem uma liminar. Como a liminar, que é concedida por alguns juízes, que estão na sua atribuição, ninguém... Os juízes podem dar. O grande problema nosso que essas liminares não têm caução e, depois, quando é cassada, ninguém sabe onde está suas empresas, as empresas são laranjas. E muitas delas ligam para os sindicatos pedindo, dizendo que têm essas liminares. Então estamos pedindo ajuda ao Sr. Evaristo, no sentido de nos ajudar, e aí os órgãos competentes. Então, nós queremos agradecer e as suas ponderações finais.



O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Me comprometo, sim, se isso vier ocorrer, de fazer os devidos registros, já a quem de direito. Um assunto que eu gostaria de solicitar a eventual investigação da CPI dos Combustíveis: é constatado que nas últimas guerras de preços ocorridas, em João Pessoa e Campina Grande, diferentemente das guerras de preços anteriores, onde era uma disputa, ou uma guerra entre proprietários de postos, e exclusivamente entre proprietários de postos, as últimas têm apresentado uma situação no mínimo esquisita. É que as grande distribuidoras — e apenas as grandes distribuidoras, as multinacionais — têm oferecido o que chamamos de uma pílula dourada: alguns proprietários de postos, alguns postos de suas redes, dando uma bonificação que varia, de nosso conhecimento, de 8 a 10 centavos por litro de gasolina comercializado, para que esses postos participem da guerra de preços; apenas as multinacionais, apenas as grande distribuidoras. E uma vez perguntado às distribuidoras emergentes por que elas não faziam a mesma coisa, a informação é de que a margem de lucro delas não comportava esse tipo de ação ou essa decisão. Isso precisa, isso necessita de uma investigação mais a fundo, porque pode ser que — e aí é só ilação do fato inconteste, por se multinacional, por ter atuação generalizada no País todo — pode estar perdendo dinheiro aqui para ganhar volume de vendas, enquanto está ganhando em produção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deixe eu dar uma informação, que nós da CPI não temos esse negócio de que é multinacional, que é pequena, que é grande, entendeu? Pau que dá em Chico dá em Francisco, entendeu? Então quem tem responsabilidade a gente está... No entanto o que... É, nós temos documento da ESSO, no Pará, aonde nós já vamos convocar a ESSO. Então não tem esse negócio: é porque é grande. E a gente sabe que muitas das distribuidoras que conseguiram liminares são distribuidoras pequenas que depois passam para as grandes. Então não tem esse negócio. Quero deixar bem claro para todo o mundo. Essa discussão para nós não tem o pequeno ou o grande, entendeu? Isso para nós fica bem claro, entendeu, para o nobre Presidente do sindicato.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Eu tenho certeza, Presidente, que a forma e a postura desta Comissão Parlamentar de Inquérito não deixa dúvidas com relação à sua atuação ilibada, mas não posso deixar de registrar,



de fazer esse pedido. Esse assunto precisa, pelo menos aqui na Paraíba, ser investigado. Por que apenas se há uma concorrência tão grande entre também as distribuidoras, por que somente as multinacionais, entre as quais registro a PETROBRAS, que é uma multinacional, somente elas conseguem dar essa bonificação? Isso é, volto a dizer, no mínimo, esquisito. Por fim, agradecer ao convite feito à nossa entidade para aqui prestar algumas informações, reafirmar nossa expectativa de que esse possa ser realmente um marco inicial de ajuste, de retorno do nosso setor a uma comercialização sadia não só para o proprietário de posto, mas principalmente para o nosso País e para o nosso consumidor, e dizer que estamos ao inteiro dispor das autoridades constituídas, da imprensa de uma forma geral e da sociedade, buscando um equilíbrio justo entre o nosso segmento e aqueles a quem nós temos a obrigação de servir de uma maneira equilibrada e justa, tendo apenas o ganho normal como o de qualquer comércio. Muito obrigado, Sr. Presidente, senhores membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Nós é que agradecemos. Gostaríamos de chamar para a Mesa...

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Sr. Presidente, gostaria de deixar com a Comissão um exemplar dessa cartilha que nós emitimos para toda a sociedade.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Não, ele tem mais aqui. Depois ele vai distribuir.

O SR. EVARISTO JOSÉ BRAGA CAVALCANTI - Com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Gostaríamos de chamar, com o adiantar do horário, o Dr. Ronaldo Albuquerque, Coordenador Adjunto do PROCON, e o Sr. Vereador Aristávora Santos...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Tavinho? Duvido. Desculpe a intimidade, a brincadeira, mas acho que na campanha não usa esse nome. Desculpe a brincadeira, a intimidade, o meu lado carioca. Tavinho, da



Câmara Municipal de João Pessoa (*falha na gravação*) para presidir esta reunião. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - Em continuidade à nossa audiência pública, justificando a ausência momentânea do Presidente e do Vice-Presidente, que saíram para prestar esclarecimentos à imprensa local sobre os trabalhos desenvolvidos pela CPI da Câmara dos Deputados até o momento, eu pergunto aos convidados se alguém tem preferência.

O SR. ARISTÁVORA SANTOS - Eu teria... posso até fazer, porque vou passar às mãos da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - Então, em primeiro lugar, vamos ouvir o Tavinho, representando aqui a Câmara dos Vereadores do Município, que presidiu a CPI na Câmara Municipal, que depois teve a sua consecução através da CPI aqui na Assembléia Legislativa. Com a palavra Aristávora.

O SR. ARISTÁVORA SANTOS - Uma boa tarde a todos, aos nobres Deputados. Inicialmente quero parabenizar e agradecer esse trabalho da Câmara Federal e aproveitar para entregar a esta CPI exatamente o nosso relatório da CPI da Câmara Municipal de João Pessoa, tendo em vista que essa CPI partiu na frente em relação a toda esta situação e denúncias sobre irregularidades na venda de combustíveis na nossa Capital. Nós gostaríamos de encaminhar o nosso relatório e de fazer, ao mesmo tempo, algumas considerações, porque o próprio relatório já dispõe de todo o conteúdo dos depoimentos que foram realizados na Câmara Municipal de João Pessoa. Nós gostaríamos de ressaltar, dentre os depoimentos, as evidências que nós constatamos, como, por exemplo, a adulteração na venda de combustível, a sonegação de tributos, a carência de pessoal para fiscalização, a falta de estrutura em postos e também sobre essa proliferação dos postos na nossa cidade. Para que os Deputados tenham uma idéia, nós temos mais postos de combustíveis do que uma cidade do porte de Belo Horizonte. Belo Horizonte hoje tem da ordem de 86 postos; nós temos, em João Pessoa, 106 postos, além de outros alvarás que foram concedidos mas não foram construídos ainda, porque aqui os alvarás não têm tempo determinado. E, aliás, fruto da CPI, nós apresentamos uma nova legislação, uma legislação, mais rígida, no que diz respeito à construção de postos, principalmente no que diz respeito à área a ser construída. Quero dizer



também nesta CPI que nós gostaríamos de destacar e de ressaltar que muitos dos alvarás concedidos através da Justiça... porque a alegação dos senhores juízes, dando liminares, era de que eles... muitos dos alvarás solicitavam... alegavam a lei de mercado, contrariando a lei existente e agora a lei atual, que é muito mais rigorosa em relação à anterior. Hoje, realmente, você tem mais restrições, muito embora alguns postos, tendo em vista que... Aqui em João Pessoa muita gente vendia: “*Compre o terreno e o posto*”. Quer dizer, você comprava o terreno, já com o projeto de um posto de combustível, especulando. Chegou no caderno dos classificados dos jornais daqui venda de postos de combustíveis, o terreno com o projeto. Na verdade, não era o posto, mas vendiam o terreno já com a perspectiva do projeto dos postos. Então, realmente, tivemos uma verdadeira farra. E agora nós inibimos. Estamos sugerindo ao Prefeito que dê prazo, já através de um decreto — isso só através de decreto do próprio Prefeito — dando o prazo de um determinado tempo para que se construa; caso não venha a ser construído, que suspenda ou casse os alvarás que ainda não foram construídos. Um fato que nós também destacamos... E aqui gostaríamos de dizer — nós tivemos depoimentos tanto do Ministério Público, do sindicato, como do PROCON, de outros proprietários — que não só a CPI que nós encaminhamos ao Ministério Público, mas uma outra ação que está tramitando também no Ministério Público... Na nossa visão, Deputado, eu acho que, quando abriram a questão da... antes nós tínhamos o CNP, que era o Conselho Nacional de Petróleo, e os alvarás eram concedidos através de Brasília. Quando da abertura, passou para os Municípios. E aí, quando se esperava que iria haver uma democratização, uma flexibilização para diminuir preço, melhorar a qualidade, foi justamente o contrário. Por que? Porque nós tínhamos aproximadamente 7 distribuidoras, de 5 a 7 distribuidoras no País, passamos a ter mais de 200, muitas dessas distribuidoras funcionando através de liminares. Inclusive esse é um fato: a própria Rede Globo mostrou na televisão cidades que tinham 5 distribuidoras, quando não tinham nem terminal, eram apenas faixadas. Eu acho que o problema está exatamente nessa questão, nas distribuidoras. Muitas delas conseguiram, para não pagar determinados impostos, conseqüentemente, entregavam, distribuía combustíveis mais baratos e muitas delas com adulteração, porque alguns empresários mesmo estão sendo penalizados e estão no ramo há



muitos anos, estão sendo confundidos com bandidos. Nós sabemos que existem os maus e os bons. Mas o que acontece é que hoje estão colocando a culpa genericamente, quando nós sabemos que a adulteração... só quem vende o combustível é a PETROBRAS. O que acontece é que com a mistura, seja através de solvente, de álcool ou de qualquer outro produto, a margem de lucro aumenta, porque, antes desse aumento, parece-me que 1 litro de combustível estavam comprando na ordem de 1,74 e estavam vendendo a 1,79, quer dizer, 5 centavos, só que misturavam 40% e tinham uma margem de lucro de 0,68 centavos. Quer dizer, aí há um crime que está sendo feito, é a questão da adulteração. A outra, é a questão da sonegação. No Governo passado... Eu gostaria de citar um dado estatístico que nós tiramos — são dados oficiais —, em relação à arrecadação dos combustíveis aqui no Estado da Paraíba. Por exemplo, em 2000, a Paraíba arrecadou 2 milhões 771 mil reais, enquanto que, no mesmo período, o Estado de Pernambuco e o Estado do Rio Grande do Norte arrecadaram, respectivamente, o montante da ordem de 401 milhões 664 mil reais e 10 milhões 757 mil reais. Isso é um dado da página da Internet do Ministério da Fazenda, do CONFAZ. Quer dizer, a Paraíba, em 2000, arrecadou apenas 2 milhões, enquanto que o Rio Grande do Norte, 401 milhões e Pernambuco, 10 milhões. No ano em curso, no mês de setembro, que foi exatamente no de 2002, quando da CPI, a Paraíba arrecadou 815 mil reais de ICMS e Pernambuco o valor de 332 milhões e o Rio Grande do Norte o valor de 10 milhões 143. Vale salientar que se tem conhecimento através da imprensa e do próprio consumidor que o combustível vendido no Estado de Pernambuco e no Rio Grande do Norte é mais barato do que aqui na Paraíba. Quer dizer, além de aqui a alíquota do ICMS ser maior do que a de Pernambuco e Rio Grande do Norte, mesmo assim há disparidade de preço. Para você ter uma idéia, só para citar um exemplo, em relação ao combustível das aeronaves, praticamente nenhuma aeronave abastece em João Pessoa, porque lá em Pernambuco e Rio Grande do Norte são mais baratos, por causa do ICMS, do que na Paraíba. Outra coisa também que nos chamou a atenção é em relação à fiscalização, há apenas 1 representante da ANP para fiscalizar os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Há falta de estrutura da ANP, da qual o mesmo representante esteve na CPI prestando depoimento e ele falou exatamente que não tinha como fiscalizar.



Há falta de condições de fiscalização por parte da ANP no que tange à questão da qualidade e muito menos da fiscalização por parte da Receita Estadual, da Secretaria das Finanças do Estado. Vale ressaltar que na época o Secretário de Finanças do Estado da Paraíba tinha designado um representante. Esse representante não veio. E as informações que nós tivemos é de que ele não estava querendo depor em função dessas evidências de sonegação que nós tínhamos já tirado através da página do CONFAZ. Nós gostaríamos de colocar que a CPI não pode passar... Deputado, temos a consciência de que a sociedade cobra resultados práticos no que diz respeito à CPI. Muitas vezes dizem: a CPI terminou em *pizza* por quê? O trabalho é feito, manda-se para a Justiça, manda-se para o Ministério Público, e aí a coisa, devido à lentidão da Justiça, devido aos bons advogados, começa a cair no esquecimento. Então, acho que chegou a oportunidade aqui. Com a vinda da Câmara Federal nós tivemos aqui a CPI do Futebol. Tivemos a Câmara Federal e até hoje nós não recebemos resposta em relação a essa CPI e a CPI aqui da Assembléia Legislativa, como da Câmara Municipal. É preciso que a sociedade receba respostas sobre os resultados práticos: quem sonegou, quem adulterou, quem são os responsáveis, para que a sociedade não caia naquela situação de que toda CPI termina em *pizza*. A mesma coisa no Congresso Nacional, através da CPI. Eu espero que a CPI da Câmara Federal possa, principalmente no que diz a legislação para acabar com essa farra que existe nas distribuidoras, onde são evidentes os crimes de sonegação, adulteração fiscal... Em relação também às denúncias, por exemplo, de compra de álcool diretamente das usinas... Por quê? Porque iam comprar pela madrugada, meia-noite, uma hora. Então, nós gostaríamos de dizer que exatamente esses crimes de adulteração, de sonegação, da falta de fiscalização, da falta de estrutura dos postos e da situação de João Pessoa, que é a particularidade dessa farra que ocorreu com mais de 100 postos, mas que nós tomamos a iniciativa, já fizemos uma lei, ela já estava em prática. Nós pelo menos já estagnamos. Vamos agora partir para que aqueles alvarás que foram concedidos, mas que não foram construídos aí, ainda, também sejam cassados. Então, é essa a nossa contribuição. Estou passando a vossas mãos e à CPI, para que sirva de subsídios para exatamente a CPI da Câmara Federal. Parabenizar a Câmara Federal por estar aqui, porque a realidade daqui tenho certeza que é a realidade em



todo o País. Porque, infelizmente, o que nós pensávamos que iria beneficiar a qualidade, a questão dos preços, nós estamos presenciando exatamente o contrário. Quando nós tínhamos a qualidade de uma Texaco, de uma Shell, da PETROBRAS, da Atlantic... O que nós estamos percebendo aqui é exatamente distribuidoras sem nenhuma condição de funcionamento, muitas vezes, só de fachada. Essa é a pura realidade. Cabedelo fica a 14 quilômetros de João Pessoa. É o nosso terminal, é o nosso porto. E o combustível é mais vendido em qualquer Município do interior do que aqui na Capital. Então, algo está evidenciado de que existe exatamente a adulteração, a sonegação e todos esses crimes que já foram relacionados. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e fico à disposição para qualquer outra indagação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Evilásio) - Sr. Vereador, a CPI é quem agradece a sua brilhante contribuição. O relatório da CPI da Câmara dos Vereadores da nossa Capital querida, João Pessoa, será entregue ao Relator. E com certeza se debruçará e entenderá que isso aqui é uma peça substancial na contribuição para a elaboração do relatório da Câmara dos Deputados. Perguntaria ao Vereador, porque V.Exa foi muito incisivo quando falou em fraude, não falou apenas em evidência: que força-tarefa vocês disponibilizaram na Câmara? Que trabalho foi realmente desenvolvido e se houve realmente a constatação de fraude e que tipos de fraudes foram identificadas pela CPI da Câmara dos Vereadores?

O SR. ARISTÁVORA SANTOS - Exatamente. Nós tivemos, principalmente, a colaboração e a participação do PROCON, que fez um trabalho bastante detalhado sobre preços, sobre qualidade, e também a contribuição do Ministério Público, que o Ministério Público... diversos depoimentos, principalmente do Dr. Leonardo, que nos trouxe elementos da fiscalização e, exatamente, evidenciou-se, e também com os dados, que nós... São dados oficiais, onde está constatado, no Governo passado, de que existia essa sonegação fiscal. Aliás, foi preso, no início deste ano... foram presos vários agentes, caminhões. Estão respondendo a inquérito. Muitos deles foram presos. Agentes fiscais foram presos e, posteriormente, liberados através da Justiça, mas que foram presos numa constatação exatamente dessa sonegação fiscal. Isso foi um fato. E no que diz respeito à adulteração, também pelos próprios proprietários dos postos de combustíveis, dos que foram lá, que eles mesmos



fizeram a análise de números dos valores, da planilha e das notas fiscais, mostrando de que, se alguém vendia mais barato, era porque adulterava. Esse depoimento, esse detalhamento que eu fiz aqui foi simplesmente um relato de postos, de donos de postos, que disseram que a margem do lucro só existe se houver, exatamente, adulteração, através de solventes, através de álcool. E, conseqüentemente, como V.Exa. falou, eu fui incisivo, porque foram relatos dos próprios proprietários, porque eles estão sentindo na pele. Aqueles que são proprietários, que são empresários honestos, sérios, estão sendo prejudicados, estão sendo colocados para a sociedade como se eles fossem marginais. Então, é preciso que se coloque na cadeia ou se processe quem realmente comete irregularidades e adulteração e que coloque para a população. Inclusive, Deputado, aqui em João Pessoa, o juiz, Dr. Ronaldo, pode dizer que ele está cumprindo essa... o juiz mandou colocar em cada posto: *“Esse posto de gasolina cometeu infração”*. Coloca na fachada do posto. Então, isso é um dado evidente, exatamente, da situação que nós vivemos aqui na nossa cidade, no nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - Eu perguntaria ainda, Vereador, se houve análise química dos produtos desses postos e se esses laudos constam da peça do relatório da CPI da Câmara dos Vereadores.

O SR. ARISTÁVORA SANTOS - Olha, nós tivemos dificuldades, porque o próprio representante da ANP... A ANP terceirizou, através da Universidade Federal, e o mesmo disse, na CPI, de que ele não poderia fornecer essa informação, que essa informação só poderia existir se fosse através da ANP, da Agência Nacional do Petróleo. Nós não tivemos como fazer essa análise, porque todos... Inclusive, o presidente do sindicato, ele sabe muito bem que ele... quantas vezes ele foi pedir para que a ANP fiscalizasse, mas a ANP demonstrou incapacidade, demonstrou despreparada, ineficiente para fiscalizar, até porque só existe um fiscal para o Nordeste, para os 3 Estados: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. E enquanto isso, ele contratou o serviço de um professor da universidade, que, inclusive, ele até colocou como do seu depoimento que não era adulteração, era combustível conforme e não conforme. Então, nós gostaríamos de dizer que, infelizmente, não tivemos esse laudo, porque esse laudo, segundo o professor, consta o nome dele, se encontra na ANP. Mas, mesmo assim, eu entendo que pelos



próprios depoimentos dos empresários dos postos de combustíveis, eles já deixaram bem claro que isso existe. E eles querem exatamente que puna quem é o mau empresário, o desonesto, dos que estão no ramo há muito tempo, que muita gente está no ramo há 20, 30 anos, que estão vendendo seus postos, que estão todo mundo quebrando exatamente por essa concorrência que existe desleal, que é através da adulteração e a sonegação fiscal, principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - O senhor referiu também que há uma tendência ou há uma proliferação de instalação de postos de combustíveis, principalmente aqui na Capital. Muitos deles em desconformidade com a legislação, mas com anuência, através de liminares, do Judiciário. Eu perguntaria se é de seu conhecimento que algum empresário no setor de combustível foi beneficiado por alguma liminar contra impostos estaduais, municipais ou federal, principalmente CIDE.

O SR. ARISTÁVORA SANTOS - Nós gostaríamos de dizer que esses dados foram prestados pelo Secretário de Desenvolvimento Urbano, na época, porque depois a Secretaria foi desmembrada. Hoje é Desenvolvimento Urbano, e tem a Secretaria do Meio Ambiente, Josimar Viana, que ele diz exatamente pelo período de 3 anos e 4 meses, de janeiro de 97 a março de 2000, concedeu 11 alvarás para funcionamento de postos, sendo 4 do ano de 98. Desses, 3 foram através de liminar judicial. No ano de 1999, foram 2 alvarás através de liminar judicial, sendo um desses postos, aí, sim, exatamente os postos e falou exatamente que a Secretaria, em nenhum momento, concedeu nenhum alvará contra a legislação, mesmo a legislação anterior. Mesmo assim, os juízes... Isso aí o Promotor leu alguns trechos exatamente que alegavam a lei de mercado, quando existe uma legislação específica que está amparado na lei federal, de que exatamente tem que se obedecer à legislação municipal. Isto é, cabe ao Município legislar no que diz respeito ao funcionamento de postos de combustíveis. Enquanto isso, a Justiça estava alegando exatamente a questão da lei de mercado, o que eu acho absurdo tratar um posto de combustível como quem trata uma loja de vender tecidos. E realmente aqui nós tivemos uma proliferação enorme, uma verdadeira farra, onde nós chegamos a ter praticamente o dobro de cidades do porte de Belo Horizonte, que tem 84 ou 86 postos, e João Pessoa, com 106 postos existentes, fora os alvarás



que estão aí, do qual nós já solicitamos ao Prefeito que, através de decreto, ele possa exatamente cancelar os alvarás que não foram construídos dentro de um prazo que seja estabelecido. Mas que a Justiça concedeu, aí não tem a menor dúvida de que foram concedidos. Não sei relacionar aqui o número, aliás, o nome dos postos, mas os alvarás, que as cópias desses alvarás têm exatamente o despacho e parecer da Justiça, liberando esses postos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - Agradecemos a vossa contribuição e perguntaríamos se tem mais alguma declaração a fazer.

O SR. ARISTÁVORA SANTOS - Eu gostaria de somente agradecer a oportunidade, e dizer, Deputado, que a vinda da Câmara Federal aqui tem uma importância muito grande, porque a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional poderá realmente moralizar esse setor, que está totalmente desmoralizado. E existe, ao longo de todos esses anos, uma verdadeira pirotecnia de que fica colocando para a sociedade toda uma situação, mas que a sociedade não vê resposta. Isto é, como verdadeiramente poderá ser evitada sonegação, adulteração para que os homens de bem, os proprietários, que são honestos, possam separar o joio do trigo. Nós não podemos continuar assistindo o prejuízo daqueles que abastecem em postos, onde o moto vai dar problema mais na frente, como tivemos relato de várias pessoas que tiveram gastos com o motor dos seus veículos por terem abastecido em postos que estavam vendendo qualidade de combustível realmente diferente. Então, eu espero que realmente essa CPI, já que ela vem colhendo subsídios por todo o País, encontre uma legislação que realmente venha a inibir todos esses crimes que foram aí colocados. E dizer: não posso afirmar, mas que existe também dentro do relatório suspeita de lavagem de dinheiro, através do crime organizado. Mas isso aí nós não tivemos condições de investigar, até porque o poder de polícia... Vocês como membros da CPI da Câmara dos Deputados, têm elemento de ter como trazer aqui esses indícios fortes também de lavagem de dinheiro, porque é uma realidade no País todo, não só na atividade de postos, mas em outras atividades que já foram praticamente comprovados os indícios fortes também da participação do crime organizado. Mas, finalizando mesmo, dizer que é preciso dar resposta à sociedade para que não venha, como já faz mais de ano, e aí a sociedade diz: "*A CPI terminou em pizza*", quando nosso papel nós fizemos, mas aí cabe à Justiça realmente



colocar resposta para a sociedade do que realmente desses crimes que ocorreram. Eu agradeço a oportunidade e parabeno a vinda da Câmara Federal, dessa CPI para contribuir exatamente com um segmento da sociedade que atinge diretamente a população.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - Muito obrigado, Vereador.

O SR. ARISTÁVORA SANTOS - Eu gostaria de saber se posso me ausentar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - Com toda liberdade. Ainda vai deixar saudades. (*Risos.*) Eu passo a palavra ao Sr. Ronaldo Albuquerque, Coordenador Adjunto do PROCON de João Pessoa, Paraíba.

O SR. RONALDO ALBUQUERQUE - Deputado Evilásio, o PROCON Municipal de João Pessoa ele vem cumprindo o seu papel constitucional, ou seja, nós trabalhamos sempre, nossas ações têm sido em parceria com o Ministério Público e têm dado excelentes resultados, porque têm sido assim eficaz. Então, na questão dos postos, o Ministério Público Estadual, como o Ministério Público Federal, nos convocou para fazer parte também dessa força-tarefa, haja vista que, desde ontem, eles estão aí como nossos fiscais, visitando postos. E o papel do PROCON tem sido com referência exatamente às pesquisas de preço, quer dizer, além das pesquisas de preços que nós temos em todos os produtos. E, na cidade de João Pessoa, nós temos feito semanalmente pesquisa de preços dos combustíveis, e o resultado dessa pesquisa nós tínhamos enviado exatamente para os Ministérios Público Federal e Estadual e para os órgãos de imprensa para divulgar os preços dos combustíveis na cidade de João Pessoa. E o que nós estamos verificando é que existe uma igualdade de preços, mas todas essas informações são repassadas exatamente para os órgãos de Defesa do Consumidor, a nível de Ministérios, e estamos sempre dispostos a colaborar, sempre que convocados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - A atuação do PROCON tem sido principalmente na vigilância dos preços e abrange todo o Estado da Paraíba. Eu perguntaria se há discrepância entre diferentes regiões ou Municípios quanto ao preço dos combustíveis aqui no nosso Estado.

O SR. RONALDO ALBUQUERQUE - Veja bem, Deputado, nós só podemos pesquisar João Pessoa, porque o PROCON é Municipal, então nós pesquisamos só



na cidade de João Pessoa. Não temos competência para outros Estados fora da cidade de João Pessoa. Nós pesquisamos 106 a 108 postos semanalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - No relatório da CPI aqui, na Assembléia Legislativa, foi proposta a criação de um fórum permanente, visando debater, discutir e dar continuidade aos trabalhos da CPI e levantar as condições de solucionar a problemática que envolve a questão do combustível aqui na Paraíba. Eu perguntaria se o PROCON Municipal ou o PROCON Estadual, se tem participado efetivamente e se realmente esse fórum foi constituído e se está atuando.

O SR. RONALDO ALBUQUERQUE - Com referência ao PROCON Estadual, eu não sei ainda, eu não tenho informação para V.Exa. Com referência a esse fórum, eventualmente o PROCON é convocado exatamente pelo Ministério Público Federal, exatamente pelo Dr. Sales, que é do Ministério Público Estadual, e, sempre que convocado, nós contribuimos exatamente com a questão que nos toca, que são exclusivamente as pesquisas de preço e as diferenças dos percentuais de posto a posto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - Eu consulto se o senhor tem mais alguma declaração a fazer ou algumas considerações finais?

O SR. RONALDO ALBUQUERQUE - Nós não temos mais nenhuma consideração a fazer, porque nosso trabalho se restringe, Deputado, exclusivamente à pesquisa de preço. Nós não temos assim... não vamos discutir o mérito, porque nós passamos as informações aos órgãos competentes somente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Evilásio) - Nós estamos encerrando nossos trabalhos de oitivas aqui na Assembléia Legislativa de João Pessoa, mas, antes, quero agradecer ao Presidente da Assembléia Legislativa pelo apoio ao trabalho da CPI da Câmara dos Deputados, agradecer ao Frei Anastácio pela sua contribuição e pelo acolhimento desta comitiva, agradecer também ao João Fernandes, ex-Deputado e hoje representante do Governo do Estado da Paraíba, na cidade de Campina Grande, com muito mérito, e dizer que, sem sombra de dúvida, uma grande contribuição pelo trabalho meritório feito pela CPI da Paraíba que se destaca entre as CPIs que ocorreram em diversas Assembléias Legislativas. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos. Está encerrada esta reunião.